



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

FELIPE DE LIMA FRANÇA

**“Os começos esperançosos, de 1965-1969”: a mediação da Ação Católica Rural
entre os direitos humanos e divinos por meio do jornal *Grito no Nordeste***

Recife
2023

FELIPE DE LIMA FRANÇA

“Os começos esperançosos, de 1965-1969”: a mediação da Ação Católica Rural entre os direitos humanos e divinos por meio do jornal *Grito no Nordeste*

Monografia apresentada à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial para a obtenção do título de graduado.

Orientador: Prof. Dr. Severino Vicente da Silva

Coorientador: Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho

Recife
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

FRANÇA, Felipe de Lima.

"Os começos esperançosos, de 1965-1969": a mediação da Ação Católica Rural entre os direitos humanos e divinos por meio do jornal Grito no Nordeste / Felipe de Lima FRANÇA. - Recife, 2023.

84

Orientador(a): Severino Vicente da Silva

Cooorientador(a): José Marcelo Marques Ferreira Filho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2023.

10.

1. Ação Católica Rural. 2. Ditadura Civil-Militar. 3. Grito no Nordeste. 4. Direitos Humanos. 5. Direitos Divinos. I. Silva, Severino Vicente da. (Orientação). II. Ferreira Filho, José Marcelo Marques. (Cooorientação). IV. Título.

900 CDD (22.ed.)

FELIPE DE LIMA FRANÇA

“Os começos esperançosos, de 1965-1969”: a mediação da Ação Católica Rural entre os direitos humanos e divinos por meio do jornal *Grito no Nordeste*

Monografia apresentada à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial para a obtenção do título de graduado.

Aprovado em: ____/____/20____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Severino Vicente da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho (Co-orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Suzana Cavani Rosas (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral (Examinador Externo)
Universidade Católica de Pernambuco

Dedico a Telma Maria de Lima Alves Melo, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Severino Vicente da Silva, pelo seu apoio constante, orientação acadêmica e valiosas ideias ao longo deste trabalho. Sua amizade e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste estudo. Além disso, gostaria de agradecer ao meu coorientador, Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho, pelas suas necessárias contribuições, sugestões e pela sua disponibilidade em compartilhar seu conhecimento. Sua orientação adicional enriqueceu significativamente este trabalho. Ambos foram essenciais para o meu crescimento acadêmico e profissional, e sou imensamente grato por tê-los como orientadores e amigos.

Agradeço a todo o corpo docente do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pelo apoio e contribuição ao longo da minha jornada acadêmica. Cada professor desse departamento teve um papel importante na minha formação, compartilhando conhecimentos e estimulando meu interesse pela História. Expresso minha gratidão aos professores Tânia Brandão, Bartira Ferraz, Renato Pinto, Cerqueira, Antônio Alves, Regina Guimarães, Marcus Carvalho, Luiza Reis, Bruno Uchoa, Bruno Kawai, Isabel Guillen, Patrícia, Rômulo, Marília Azambuja, Antônio Montenegro, André, e a todos os demais que fizeram parte desse caminho, pela dedicação, paciência e orientação que proporcionaram.

Em especial, gostaria de agradecer de forma sincera e mencionar os nomes dos professores com os quais desenvolvi uma relação mais próxima e de amizade. José Bento, o primeiro a me acolher em sua sala como calouro e me despedir como pesquisador. Agradeço também a professora Luiza Reis, que me acolheu como pesquisador de PIBIC. Expresso minha gratidão à professora Patrícia Melo, pela sua amizade e incentivo constante. Sua dedicação à minha formação e sua confiança em meu potencial foram essenciais para superar os desafios enfrentados. Por fim, a Levi Rodrigues que desde o primeiro semestre teve atenção e carinho todas as vezes que precisei de ajuda na secretaria do departamento.

Agradeço do fundo do meu coração a todos os meus familiares e amigos pelo apoio incondicional ao longo de toda a minha jornada acadêmica e, em especial, durante a elaboração deste TCC. Vocês foram meu porto seguro, oferecendo o ombro amigo, encorajamento constante e compreensão nas horas mais desafiadoras.

À minha amada mãe, Telma Maria de Lima Alves Melo, expresso minha gratidão profunda. Você esteve ao meu lado desde o início desta jornada, incentivando meus estudos, compartilhando das minhas alegrias e me apoiando nos momentos de dificuldade. Seu amor, dedicação e sacrifícios são incalculáveis, e sou imensamente grato por ter você como minha mãe. Concluir o ensino superior é uma conquista que compartilho com você, e seu apoio foi fundamental para que eu chegasse até aqui. As minhas irmãs Lidineide Alves Melo e Vânia, agradeço por estarem sempre presentes, torcendo por mim. Aos meus sobrinhos José Uilson, Débora Alves, Benjamin e Daniel, desejo muito sucesso, conquistas, que possam olhar para mim como inspiração e apoio.

Agradeço também ao meu pai João Manoel de França, ex cortador de cana, que mesmo distante, desejou que eu sempre estudasse e buscasse o melhor. Minha avó paterna Josefa (*In memoriam*) que também sempre acreditou e se alegraria de me ver concluindo esta etapa. Meus tios Severino e Enilda que sempre me acolheram como minha segunda casa, e os primos Rodrigo, Rafaella e Rafael.

Recordo com carinho os colégios que estudei, em especial a Escola Irmã Guerra, das Irmãs Filhas da Caridade, de São Vicente de Paulo, onde fui alfabetizado, pelas professoras Nailma da Alfabetização e Tereza (Tia Tita) da 1ª série. Ana, no Escola Renascer, da 1ª a 3ª série. A Escola Maciel Monteiro, onde fiz minha 4ª série, na pessoa do Professor Gilson. O Colégio Damas Santa Cristina, onde fui acolhido até o 3º ano do Ensino Médio como aluno bolsista, nas pessoas das diretoras, Ir. Roseane e Ir. Inês, Religiosas da Instrução Cristã.

Aos meus amigos que fiz no Colégio Santa Cristina, em especial meu grupinho particular Layne, Dani Soares, Taynara e Gaby, vocês foram importantes para mim, e o que seria da gente sem nosso grupinho? Layne, minha melhor amiga e companheira de Nazaré, nossa amizade já foi provada e é pra sempre... Já são mais de 10 anos de amizade!

Agradeço aos meus amigos mais próximos que a universidade me deu, por estarem ao meu lado, oferecendo apoio, incentivando-me e trazendo alegria em todos os momentos. Suas palavras de encorajamento e gestos de amizade foram fundamentais para manter meu ânimo elevado ao longo desta jornada. De forma bem especial às amigas que fiz na UFPE, Kerol, Paulinha, Gisele que entraram comigo em 2018.2 e permanecem juntas até hoje; e a Débora e Manuh que entraram um semestre antes, mas também se tornaram grandes amigas. Quero levar essa amizade para sempre. Vocês também são minhas melhores amigas!

Não poderia esquecer a Companhia de Jesus que aceitou como candidato ao Noviciado em 2023 mesmo com a elaboração do TCC em andamento. Em especial aos jesuítas que foram importantes no meu processo vocacional, André Araújo, Ubiratan Costa,

Marcos Vinícius, Pedro Evangelista, Itamar Gremon, Jackson, Marco Antônio, Pedro Evangelista. Ao meu grupo vocacional do Gavi, Gian, Antônio, Stênio, Thiago e Caio.

Aos meus companheiros que estão como candidatos ao Plano de Candidatos à Companhia de Jesus, Bruno Costa, Danilo de Paulo, Thiago Lima, Leonardo, Vitor Gabriel, Thiago Lima, Diogo, Alisson, Francisco Danilo, Davi, Jardel, Murilo e Tales. À minha comunidade que me acolhe no Rio de Janeiro em 2023 no Colégio Santo Inácio da rua São Clemente, Laércio, Adilson, Ir. Castro, Luís Correia, Leandro, Jucélio, Toninho e Vitor Gabriel. E a todas as pessoas do RJ que me deram as boas vindas, Paulo Veríssimo, Abel, Maria Clara, Gustavo, Vânia, Diogo Ralston, Vitor.

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco por ter sido a minha casa acadêmica ao longo desses anos de estudo, me proporcionando um ambiente propício para o desenvolvimento do meu conhecimento, amadurecimento pessoal e crescimento profissional. Em suma, sou imensamente grato à Universidade Federal de Pernambuco por ter dado apoio e recursos que me foram concedidos ao longo dessa jornada. A UFPE deixou uma marca indelével em minha vida e serei eternamente grato por tudo que vivenciei e aprendi nesta instituição.

E recordo o que dizia aquele santo bispo brasileiro: «Quando me ocupo dos pobres, dizem de mim que sou um santo; mas, quando me pergunto e lhes pergunto: “Por que tanta pobreza?”, chamam-me “comunista”» Discurso do Papa Francisco à Cúria Romana para as felicitações de Natal em 2020.

RESUMO

Resumo: Este trabalho investiga o papel mediador da Ação Católica Rural (ACR) entre os direitos humanos e divinos durante o período de 1965 a 1969, por meio da análise do jornal *Grito no Nordeste*. A ACR, um movimento social relevante no cenário brasileiro, desempenhou um papel fundamental na conscientização e luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, resistindo ao regime ditatorial vigente. Além das questões sociais e políticas, o movimento abordou aspectos religiosos e teológicos, enfatizando a importância da espiritualidade e reflexão cristã. Esta pesquisa tem como objetivos investigar o contexto histórico e social que influenciou a atuação da ACR, examinar o papel do jornal *Grito no Nordeste* como meio interno de comunicação utilizado, estudar as estratégias discursivas adotadas para mediar os princípios religiosos com as lutas sociais e políticas, identificar as principais temáticas abordadas pelo jornal relacionadas aos direitos humanos e divinos, e analisar o impacto das ações e do jornal na mobilização e conscientização dos trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Ação Católica Rural; Ditadura Civil-Militar; *Grito no Nordeste*; Direitos Humanos.

ABSTRACT

Abstract: This study investigates the mediating role of the Rural Catholic Action (ACR) between human rights and divine rights during the period from 1965 to 1969, through the analysis of the newspaper *Grito no Nordeste*. ACR, a relevant social movement in the Brazilian scenario, played a fundamental role in raising awareness and fighting for the rights of rural workers, resisting the prevailing dictatorial regime. In addition to social and political issues, the movement addressed religious and theological aspects, emphasizing the importance of spirituality and Christian reflection. This research aims to investigate the historical and social context that influenced the ACR's actions, examine the role of the *Grito no Nordeste* newspaper as an internal communication medium used by the ACR, study the discursive strategies adopted to mediate religious principles with social and political struggles, identify the main topics related to human rights and divine rights addressed in the newspaper, and analyze the impact of the actions and the newspaper on the mobilization and awareness of rural workers.

Keywords: Rural Catholic Action; Military Dictatorship; *Grito no Nordeste*; Human Rights.

SIGLAS

AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
ACE	Ação Católica Especializada
AI	Ato Institucional
ACO	Ação Católica Operária
ACR	Ação Católica Rural
AOR	Arquidiocese de Olinda e Recife
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CTP	Comissão Pastoral da Terra
CVII	Concílio Vaticano II
DSI	Doutrina Social da Igreja
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Demográfica
MEB	Movimento Educação de Base
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores

SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SAR	Serviço de Assistência Rural
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
TdL	Teologia da Libertação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
A AÇÃO CATÓLICA: DO CONSERVADORISMO AO PROGRESSISMO	18
DOM HELDER E A AÇÃO CATÓLICA RURAL	36
A AÇÃO CATÓLICA RURAL E OS DIREITOS HUMANOS (1965-1969)	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

A Ação Católica Rural (ACR) foi um movimento relevante no cenário social e político brasileiro, focado numa evangelização do campo comprometida com a conscientização e luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Originado em um período de transformações tanto na Igreja quanto na sociedade do país, o movimento resistiu ao regime ditatorial e se fortaleceu na atuação da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR). Idealizada por Dom Helder Camara e liderada por Pe. Joseph Servat a convite do mesmo arcebispo, desempenhou um papel fundamental na organização e resistência, criou condições para promover a solidariedade e reivindicar melhores condições de vida.

Além das questões sociais e políticas, a ACR abordou aspectos religiosos e teológicos em suas publicações, destacando a importância da espiritualidade e da reflexão cristã. O estudo da trajetória e impacto do movimento amplia a compreensão da realidade histórica e social do Brasil, evidenciando a luta pelos direitos humanos por meio dos direitos divinos. Sua inclusão no ensino de História permite aos estudantes conhecer uma parte importante da história do país frequentemente negligenciada nos currículos tradicionais.

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel mediador da Ação Católica Rural no período de 1965 a 1969, por meio do jornal *Grito no Nordeste*, na relação entre os direitos humanos e divinos. A escolha desse recorte temporal visa compreender os desafios enfrentados pela ACR e seu impacto na sociedade brasileira, destacando a conciliação entre os princípios cristãos e a luta pelos direitos humanos.

Focando nesse período específico, busca-se analisar como a ACR, através do boletim, contribuiu para a conscientização e organização dos trabalhadores rurais, promovendo a reflexão sobre direitos e melhores condições de vida. Além disso, pretende-se investigar como aconteceu a mediação do diálogo entre os direitos divinos e os direitos humanos, abordando questões religiosas e teológicas. A delimitação desse tema permite uma análise mais aprofundada das ações e discursos do movimento, proporcionando uma compreensão significativa das contribuições desse movimento social no contexto histórico do Brasil.

Para isso, os objetivos específicos são: investigar o contexto histórico e social que influenciou a atuação da Ação Católica Rural nesse período; examinar o papel desempenhado pelo jornal *Grito no Nordeste* como meio de comunicação utilizado pela Ação Católica Rural; estudar as estratégias discursivas adotadas pela Ação Católica Rural para mediar os fundamentos religiosos com as lutas sociais e políticas da época; identificar as principais temáticas abordadas pelo jornal relacionadas aos direitos humanos e divinos; e analisar o

impacto das ações dos leigos engajados e do jornal na mobilização e conscientização dos próprios trabalhadores rurais.

Ainda são poucas as produções acadêmicas que delimitam a Ação Católica Rural como objeto de pesquisa na mobilização dos trabalhadores rurais, evidenciando assim uma lacuna a ser preenchida. Além disso, a pesquisa amplia o campo de estudos sobre religião, direitos humanos e ação social, oferecendo materiais que podem contribuir para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais, bem como subsidiar práticas educacionais e formação cidadã.

No primeiro capítulo, abordamos as origens da Ação Católica e sua adaptação às realidades do Brasil, incluindo os desafios enfrentados durante o regime militar. Destacamos o papel fundamental da AOR, sob a liderança de Dom Helder Camara, na formação da ACR e a presença do Pe. Servat. O segundo capítulo revela como a ACR capacitou os trabalhadores rurais, incentivando a compreensão de suas realidades e a busca por melhores condições de vida. Através da disseminação de informações e do fortalecimento da solidariedade, o movimento teve um impacto significativo. No terceiro capítulo, exploramos o aspecto espiritual e teológico da ACR, enfatizando como seus boletins transmitiram valores cristãos que embasaram a luta pelos direitos humanos e a justiça social, encorajando os leigos a agir em prol do bem comum e da realização do Reino de Deus na Terra.

A importância desse trabalho é ainda mais relevante no contexto atual, uma vez que em 2023 comemora-se o 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Esta data representa uma oportunidade para refletir sobre as conquistas e desafios na promoção e proteção dos direitos humanos ao longo das décadas. A análise dessa mediação aqui proposta contribui para ampliar a compreensão da história e do papel desempenhado por diversos atores na defesa dos direitos fundamentais.

Além disso, leva em consideração a importância contínua da reflexão religiosa na luta pela justiça social e pela dignidade humana, enriquecendo o debate no âmbito dos direitos humanos. A pesquisa não apenas contribui para a compreensão das relações entre religião, direitos humanos e ação social, mas também oferece conteúdos que podem beneficiar tanto a academia quanto a sociedade como um todo. Vale ressaltar que essa reflexão tem ganhado ainda mais importância atualmente, visto que dentro da Igreja Católica, o Papa Francisco tem enfatizado a necessidade de um compromisso renovado com a justiça social e a defesa dos direitos humanos.

Vale destacar que a Doutrina Social da Igreja (DSI) desempenha um papel significativo nesta análise, com suas raízes profundamente enraizadas na teologia católica,

oferece um arcabouço importante para compreender não apenas os direitos humanos, mas também os direitos divinos, promovendo a dignidade humana e a justiça social, fornecendo orientações éticas para a ação social e os esforços em prol de uma sociedade mais justa. A DSI, juntamente com as experiências e reflexões da Ação Católica Rural, enriquece o debate sobre a interseção entre religião, direitos humanos e ação social, destacando a importância da reflexão religiosa na busca por justiça e dignidade.

A AÇÃO CATÓLICA: DO CONSERVADORISMO AO PROGRESSISMO

Para compreender a criação da Ação Católica Rural (ACR) pelo arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Helder Camara, em 1965, não basta indicar o ano de criação e o convite feito por esse prelado ao padre Joseph Servat, de nacionalidade francesa, como responsável pelo início das atividades em seu nome. Esse movimento está situado em um contexto de pós golpe civil-militar, executado no ano de 1964, que precisa ser comentado para que a ACR seja compreendida. Do mesmo modo, também é preciso apresentar a movimentação de outras ações feitas pela Igreja Católica que antecederam, acompanharam e seguiram o período histórico do qual se situa esta monografia.

A história da República brasileira é marcada por diversos episódios de grande importância na historiografia, entretanto, seria enfadonho e desnecessário fazer um resumo de tudo o que aconteceu até chegar no ano de 1964, data importante para este trabalho. No entanto, selecionamos algumas questões importantes que são indispensáveis como base e introdução na compreensão desta obra.

A primeira é o conceito de ditadura civil militar da qual buscamos fundamento em historiadores reconhecidos por produzir no tema em questão, tais como Joseph Page em *A Revolução que nunca houve* (1972) e René Armand Dreiffus, em *1964: A conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de Estado* (1981). Esses autores são importantes para definir o conceito que escolhemos ao tratar do período histórico, visto a gama de produção e as diversas definições e redefinições conceituais nos últimos anos, como exemplos a “Ditadura civil-empresarial-militar” ou “Ditadura civil-empresarial-midiático-militar” e até mesmo, para alguns, “Revolução de 64”.

Visto a problemática de usar o termo “Ditadura” sem deixar claro uma definição, escolhemos a “Civil-militar” pelo fato de ser a mais usada entre os autores que compõem a revisão bibliográfica aqui presente, sendo um termo que congrega melhor todos os outros agentes que participaram ativamente, tanto os empresários envolvidos que financiaram com recursos econômicos como também uma parte da mídia que deu saldo em visibilidade por meio de seus próprios recursos da comunicação.

Embora o enfoque de Joseph Page seja o nordeste brasileiro, em sua obra ele também situa o cenário nacional na ocasião do golpe militar que aconteceu no país da seguinte forma:

No cenário Nacional, os chefes militares que haviam executado o golpe escolheram um dos seus pares, o Marechal Humberto Castelo Branco, para ser presidente. Seus colegas civis aplaudiram, e o Congresso, que não tinha outra alternativa, docilmente

ratificou essa decisão. Castelo Branco deveria servir durante o resto do mandato de Goulart (até 1965) e depois disso os políticos entendiam que a presidência retornaria às mãos dos civis. Eles decidiram minimizar as afirmações de altos oficiais militares indicando que agora compete às Forças Armadas limpar a política brasileira e colocar o país irrevogavelmente no caminho da modernização. Era indubitável a sugestão de que elementos importantes entre os militares sentiam que o destino do país não poderia mais ser confiado aos civis, e que agora era dever das forças armadas desenvolver o potencial de grandeza do Brasil, há muito reconhecido. (PAGE, 1972, p. 245)

Também escolhemos o termo “golpe militar” visto que Castelo Branco não ascende ao posto de Presidente do Brasil por vias democraticamente legais, como se pode ler na citação anterior, sendo legitimado por pares militares para ocupar a tarefa que seria do então presidente legítimo João Goulart. É dessa forma que se inicia um período na História do Brasil de ditadura onde os militares executaram um golpe de Estado com o discurso de eliminar a corrupção, reformar e modernizar o país, e então entregar os cargos assumidos por eles novamente aos civis.

Essa fase, que teve início em 1964, não foi curto e Castelo Branco não foi o único militar que assumiu o cargo de presidente do país, depois dele também assumiram o mesmo posto Costa e Silva (1967 - 1969), Emílio Médici (1969 - 1974), Ernesto Geisel (1974 - 1979) e João Figueiredo (1979 - 1985), totalizando quase 21 anos. Encerrado esses mandatos, os militares não tiveram tanta participação em cargos de governos do Estado Brasileiro, cenário que mudou no mandato do Presidente da República de Jair Bolsonaro (2018 - 2022) com a presença ativa e forte em vários ministérios e secretarias.

Mas como já dissemos, o golpe que levou a uma nova ditadura militar no país não teve participação única e exclusivamente deles, também é possível identificar a participação de civis, o que levou a não ser só uma “ditadura militar”, e sim “ditadura civil-militar”. De acordo com Dreifuss, existiu uma atividade muito antes de 1964 dos civis que prepararam essa ação, chamando essa classe organizada de elite orgânica.

O período de ação de classe organizada, estendeu-se de 1962 a 1964. Politicamente, significou uma mobilização conjuntural para o golpe, quando estratégia se converteu em política e atividades político-partidárias finalmente se transformaram em ação militar. Esse foi o estágio do “esforço positivo” em que vários escritórios de consultoria e anéis burocrático-empresariais, associações de classe e grupos de ação formaram um centro político estratégico, o complexo IPES/IBAD. Uma vez unificadas as várias oposições sob uma liderança sincronizada comum, formulando “um plano geral”, a elite orgânica lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas. Mas antes de se iniciarem hostilidades a nível político-militar, desenvolveu uma campanha ideológica multifacetada contra o bloco histórico-populista, Tal ação compreendia a desagregação dos quadros populistas, assim como aqueles de imaturos grupos reformistas, adiando as ações do Executivo

e tentando conter o desenvolvimento da organização nacional de classes trabalhadoras (DREIFUSS, 1982, p. 229).

Levando em consideração essas informações, a elite orgânica que adiciona o termo “civil” completando o que já chamamos de “ditadura militar” teve êxito em sua mobilização dois anos antes do golpe ao conseguir evoluir estrategicamente de política e ideologia à partido político partidário com potência para mobilizar também uma ação militar. Embora a execução do golpe tenha sido realizada pelos militares, a ideia e a mobilização tiveram iniciativa e originalidade dos civis organizados nessa elite orgânica.

Essa organização resultou em um complexo que ficou conhecido como IPES/IBAD, unificando em si vários setores da população civil, conseguindo, por meio de um plano geral, agregar representantes da burguesia, dos empresários e até das camadas sociais subalternas, além de desagregar o populismo, adiar ações no Executivo, conter os grupos reformistas e as classes trabalhadores.

De acordo com a tese de Leonardo Puglia, *Reações Conectadas: as direitas brasileiras em perspectivas históricas*, o IBES, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, e o IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, defenderam o liberalismo econômico desde o início da década de 60, conseguindo conectá-los no complexo IPES/IBAD criando articulação com órgão civis nacionais e internacionais com pautas autoritárias e conservadoras (2020, p. 17).

Toda essa mobilização preparou, seja pela legalidade ou até mesmo pela ilegalidade, um clima propício para a intervenção militar, criando um caos econômico e político, por meio de uma doutrinação, como podemos ler em Dreifuss:

Preparava-se para operar em toda área da vida social visando a competir com os predominantes interesses políticos, o trabalhismo e a esquerda pelo controle do Estado. Uma vez em ação, fazia uso de todo recurso disponível, legal ou ilegal. Segundo o líder ipesiano Glycon de Paiva, essas atividades que beiravam a ilegalidade podiam ser resumidas como a preparação de civis para assegurar um clima político apropriado para a intervenção militar. Em sua opinião, a ação política tinha de ser sigilosa. Suas recomendações envolviam a “criação de um caos econômico e político, o fomento à insatisfação e profundo temor do comunismo por patrões e empregados, o bloqueio de esforços da esquerda no Congresso, a organização de demonstrações de massa e comícios e até mesmo atos de terrorismo, se necessário”. As áreas alvo para a doutrinação específica e pressão política direta eram os sindicatos, o movimento estudantil e a classe camponesa mobilizada, as camadas sociais intermediárias e a hierarquia da Igreja, o Legislativo e as Forças Armadas. A ação da elite orgânica empresarial deve ser considerada como a praxe de um bloco burguês de poder, premeditada e cuidadosamente amadurecida durante vários anos. Trazendo à tona a dimensão orgânica e a dinâmica envolvidas (situação, posição e ação de classe), pode-se perceber e revelar a evidência histórica do emergente bloco de poder multinacional e associado forjando a sua própria forma de Estado. O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite

orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para frente a participação da massa (1982, p. 230)

O temor do comunismo foi uma das unidades coesivas que essa elite orgânica conseguiu como mecanismo de unir e mobilizar em favor próprio os empregadores e os empregados, criando base consistente para a sua doutrinação em função de criar um clima caótico generalizado para legitimar o pedido de intervenção militar e o mínimo de uma cobertura civil para a execução dessa ação por meio dos militares.

Olhar para abril de 1964 pode correr o risco de, ao enxergar apenas os militares que executaram o golpe, pensar que eles foram os principais personagens que pensaram e agiram. De fato, eles executaram, mas tiveram a idealização e a cobertura desses civis organizados enquanto elite orgânica estruturada politicamente e ideologicamente orientada para a finalidade de derrubar o Executivo e conter as massas.

Como já dissemos, essa elite que financiou, por meio dos empresários representados com seus recursos financeiros, também conseguiu o apoio e o suporte de um aparato midiático capaz de controlar diversos meios de comunicações, nas mais diversas modalidades, seja na tv, em rádios, em jornais impressos e muitos outros canais. Dreifuss detalha da seguinte forma:

Os canais de persuasão e as técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também publicava, diretamente ou através de acordo com várias editoras, uma série extensa de trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos. Saturava o rádio e a televisão com suas mensagens políticas e ideológicas. Os jornais publicavam seus artigos e informações. Para alcançar essa extensão de atividades variadas, o IPES alistava um grande número de escritores profissionais, jornalistas, artistas de cinema e de teatro, relações públicas, peritos da mídia e de publicidade. O complexo IPES/IBAD também era capaz de articular e canalizar o apoio de algumas das maiores companhias internacionais de publicidade e propaganda, criando, assim, uma extraordinária equipe para a manipulação da opinião pública. Jornalistas profissionais se integravam no esforço geral como “manipuladores de notícias” e propagandistas, trabalhando sobretudo através das unidades operacionais dos grupos de Opinião Pública, Estudo e Doutrina e Publicações. Certas empresas financeiras e industriais ligadas ao complexo IPES/IBAD se incumbiam dos arranjos financeiros, incluindo-os em suas folhas de pagamento, propiciando, assim, outra forma de financiamento indireto da ação da elite orgânica. Escritores, ensaístas, personalidades literárias e outros intelectuais emprestavam o seu prestígio, escrevendo e assinando, eles próprios, artigos produzidos nas “estufas políticas e ideológicas” do complexo IPES/IBAD. O IPES conseguiu estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública, através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais. (DREIFUSS, 1982, p. 232-233)

Ao afirmar que a mídia foi usada para aparelhar as massas em prol do golpe, não se tem tanta noção de como isso aconteceu na prática. A citação anterior dá essa noção de que a doutrinação utilizada pela elite foi transmitida para públicos diversos, de acordo com o consumo específico de cada interesse, desde aqueles que tinham acesso à televisão e rádio, mas também aos que tinham acesso a teatros e cinemas. No campo religioso, por exemplo, muitos padres e pastores se encarregaram de disseminar essas ideias em suas próprias paróquias e congregações, como se via com as passeatas preparatórias para o golpe e as celebrações posteriores, com forte acento religioso.

A propaganda se tornou um dos instrumentos mais utilizados nesse período, assaltando e manipulando a opinião pública em favor de seus interesses e ideologias políticas. A investida na propaganda ao anticomunismo foi uma das que mais obteve sucesso, resultando em consequências que podem ser percebidas até nos dias atuais, visto que mais uma vez esse termo “comunismo” fez parte dos discursos públicos de políticos, como o próprio Bolsonaro e todos aqueles que estiveram debaixo de seu guarda-chuva, sinalizando como uma das palavras de peso indispensáveis em suas candidaturas.

Não existiu um aparato de combate às falsas informações e propagandas de forma que conseguisse reverter as consequências da desinformação. O combate recente da desinformação e das informações falsas, da qual chamamos de “Fake News”, só se tornou possível com a descentralização das mídias nas mãos de uma elite específica, enfraquecida por meio da massificação de informações inaugurada pela novos meios de comunicação na era digital conectada, como as redes sociais e os canais de vídeo em tempo real, embora ainda seja um desafio que coloca em risco a nossa atual democracia.

O controle da mídia em suas diversas modalidades pela elite orgânica nos anos que antecederam o golpe de 1964 foi importante para que grande parte da população, sem alternativos meios de acesso e informação, não percebendo o assalto e a manipulação à opinião pública que gerou, por exemplo, o medo do comunismo que consequentemente gerou um anticomunismo massificado, legitimando assim um certo apoio civil da tomada do Executivo pelos militares.

Embora essa elite tivesse todo esse aparato midiático aparelhado ao seu projeto político ideológico nos anos que antecederam o golpe, outros movimentos que caminharam de forma contrária também podem ser identificados nesse mesmo período. Para a compreensão deste trabalho, selecionamos apenas três que são importantes e que também tinham como objetivo conscientizar seus públicos específicos.

As Ligas Camponesas e Francisco Julião merecem destaque nesse período de pré-golpe porque tinham como objetivo conscientizar a população que se encontrava na zona rural, principalmente no nordeste do país, acerca da luta por direitos civis e sociais. Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, na obra *Brasil: uma biografia* (2018), trata dessa questão da seguinte forma

A primeira experiência de organização dos camponeses num tipo de associação civil - as Ligas Camponesas - fora realizada pelo Partido Comunista, entre 1945 e 1947, com o objetivo de mobilizar os trabalhadores do campo, levantar suas reivindicações e congrega-los numa aliança com setores operários nas cidades. Essa experiência foi interrompida a partir de 1947, em consequência do processo de proscrição da vida legal do PCB, da cassação de seus parlamentares e da repressão crescente no governo Dutra [1946-1951]. Em 1955, porém, a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) possibilitou um novo começo na trajetória das ligas camponesas. A SAPPP foi fundada no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, no coração da agroindústria açucareira de Pernambuco. A princípio, a associação pretendia apenas impedir o processo de expulsão dos foreiros e arrendatários das terras do Engenho. Mas, muito depressa, a SAPPP converteu-se no movimento social de amplo alcance - as Ligas Camponesas - e introduziu a questão agrária no centro da agenda política nacional, entre 1950 e 1960. Até o início da década de 1960, as Ligas Camponesas lutaram pela expansão dos direitos civis e sociais, e a estratégia orientou-se pela disputa jurídica: ao representarem o trabalhador rural no tribunal, os advogados das ligas transformavam conflitos sociais em conflito jurídicos, e o trabalhador, num sujeito portador de direitos. Tal estratégia começou a ser utilizada em 1955, pelo então deputado estadual Francisco Julião, que se tornou o mais importante dirigente dessas organizações, e foi muito bem sucedida. Com a desapropriação do Engenho Galileia, em 1959, as ligas se expandiram pelos principais estados do Nordeste e para todas as regiões do país. A partir de 1961, assumiram a defesa de um projeto radical de reforma agrária - “Na lei ou na marra, com flores ou com sangue”, como anunciado pelos cerca de seiscentos delegados presentes ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte - e iniciaram invasões e ocupações de terra (2018, p. 424- 425).

Nessa citação é possível encontrar um breve resumo acerca das Ligas Camponesas, sua origem, a dispersão e nos anos que antecederam o golpe, seu ressurgimento como movimento social centrado na luta por reforma agrária, expansão dos direitos civis e sociais culminando na judicialização de suas reivindicações, tornando as pessoas do campo em pessoas portadoras de direitos.

Segundo Socorro Abreu e Lima, na sua tese *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos*, esse movimento conseguiu mudar a forma de luta que até então os camponeses estavam acostumados a partir da força, passando então a buscar, na Justiça, o mecanismo de reivindicação, e afirma da seguinte forma:

A base social do movimento eram os pequenos arrendatários, parceiros, minifundistas e moradores dos engenhos, que reivindicavam, além do direito de permanecerem na terra, o pagamento das benfeitorias feitas por eles. E como essas questões eram tratadas pelo Código Civil, que regula a relação entre os contratos comerciais, o principal recurso adotado foi o jurídico, embora o apoio político também fosse fundamental. Nesse contexto, os conflitos no campo não estavam

sendo resolvidos apenas na base da força. Antes era comum, para se conseguir a expropriação dos camponeses, usar expedientes tais como a destruição da lavoura branca, a expulsão dos foreiros e a demissão dos moradores; agora, o proprietário tinha que dar alguma satisfação à Justiça (2012, p. 40).

Embora o foco das Ligas Camponesas não fosse o cristianismo, era possível encontrar materiais, impressos ou em seus discursos, um linguajar com símbolos religiosos; de acordo com Antônio Montenegro em *Travessias: padres europeus no nordeste do Brasil (1950 - 1990)*, foi um exemplo disso a *Cartilha do Camponês* (1960), escrita por Francisco Julião, que com um modo muito próximo do catequético, foi escrito para ser lido nas rodas de camponeses onde cultura da tradição oral era muito marcada, despertando nos ouvintes uma consciência crítica aos proprietários de terras e membros do clero que usavam a religião como mecanismo de manutenção da pobreza e riqueza como vontades divinas premeditadas, gerando assim um conformismo da parte dos camponeses pobres (2019, p. 33-34).

Além das Ligas Camponesas, outro movimento situado nesse contexto de pré golpe foi o Movimento Educação de Base (MEB) que ligado aos bispos, especialmente o auxiliar de Natal e o pernambucano Dom José Vicente Távora, conseguiram o apoio e financiamento do presidente Jânio Quadros, focando principalmente na população rural naquele período histórico. No artigo *Dom Távora, o MEB e a radiodifusão católica: Igreja e projeto educacional em Aracaju (1958-1964)*, Ricardo Santana escreve:

Contando com o apoio de todo o episcopado brasileiro unido na recém criada CNBB, Dom Távora, recebe a anuência do presidente Jânio Quadros e em 1961, o decreto n.50.370/61 é aprovado, o que permite o financiamento por parte do Governo Federal durante os cinco anos subsequentes. A CNBB administrará o projeto, cujo o convênio com o Ministério da Educação e Cultura é assinado no dia 21 de março de 1961. Dom Távora por sua participação ativa na criação de tal empreitada e por seus esforços junto às autoridades é nomeado pelos bispos da CNBB como o primeiro presidente do MEB. Assim nascia um projeto educacional que marcará época, baseado no método do educador Paulo Freire, que falava e pensava a linguagem e o modus operandi do homem simples, do agricultor e do proletário urbano e desta forma educava eficazmente as camadas mais economicamente desprovidas. Sem separar aprendizado e contextualização social, Paulo Freire marcou época na educação brasileira, levando milhões a saírem do analfabetismo com seu método (2017, p. 19-20).

Como já se pode notar, além dos bispos, o método de educação de base inspirado em Paulo Freire foi fundamental na inspiração para essa proposta. Ainda de acordo com Lília e Heloísa, o MEB foi outra alternativa contrária ao movimento encabeçado pela elite orgânica que preparava a tomada do Executivo por vias não democráticas. Essas autoras escreveram:

O campo também se convertera no espaço incontornável de disputa política que incluía o Partido Comunista e a Igreja católica. A presença dos comunistas significava o deslocamento sistemático de militantes para a área rural e o engajamento na formação de sindicatos rurais. Já a Igreja Católica estava dividida:

uma parcela do clero pretendia promover a doutrina Cristã e neutralizar a força da esquerda no campo; outra, porém, estava interessada em reforçar laços com os trabalhadores, e comandou um processo inédito de sindicalização rural através da criação de um programa voltado para educação pelo rádio - o Movimento Educação de Base (MEB). O programa tinha o objetivo de alfabetizar a população camponesa para produzir uma ação transformadora da realidade. Funcionava por meio das Escolas Radiofônicas e de uma série de cartilhas inspiradas no método de alfabetização do educador Paulo Freire, e foi um sucesso: em 1963, o MEB atuava intensamente em 14 estados brasileiros (2018, p. 425-426).

Embora disséssemos anteriormente que a elite orgânica teve um controle sobre as mídias, envolvendo também emissoras de rádios, esse controle não era total porque o MEB é um exemplo de programa educativo radiofônico, com o objetivo de transformar a realidade por meio da alfabetização dos camponeses e que se espalhou por 14 estados do país.

De acordo com Jessie Souza em “*A revolução aqui é contra o povo*”: a Igreja Católica e a questão agrária no Brasil, foi pelo MEB que a Igreja lançou pessoas formadas pela Ação Católica para trabalhar junto às camadas sociais populares no campo com o objetivo de estimular e iniciar pautas com sensibilidades sociais (2020 p. 53). Para Abreu e Lima, no artigo *A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 e 1985*, esse movimento foi importante porque trouxe recursos do Estado que foram utilizados pela Igreja para construir e implementar um conjunto de escolas radiofônicas com a missão de formar lideranças, resultando numa rede de monitores e animadores para o mundo rural (2019, p. 92).

Sobre a importância da atuação da Igreja no interior da zona rural nordestina nos anos que precederam o golpe, assumindo um papel crítico-social no campo, João Batista Libânio escreveu no artigo *Teologia da Libertação: esquerda católica e inserção* o seguinte:

É inegável o duro dilema vivido pela Igreja no Brasil nos anos depois do Concílio Vaticano II (1962-1965) e especialmente após Medellín (1968), respeito aos conflitos rurais. Já antes do Concílio, a Igreja do Brasil iniciara experiência crítico-social no campo. [...] a iniciativa da Igreja do Nordeste sob a orientação de D. Eugênio Sales, então Administrador Apostólico da diocese de Natal, ao criar as Escolas Radiofônicas, inspiradas na experiência colombiana de Sutatenza. Transmitidas desde Natal, havia, nos diversos lugares do interior rural, monitores que intermediavam as lições para a comunidade presente e faziam parte do SAR – Serviço de Assistência Rural. Verdadeira educação à distância, ainda, porém, em condições materiais e de pessoas bastante precárias (2012, p. 10).

Outra experiência situada na zona rural organizada pela Igreja foi o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), que tinha como objetivo de combater a influência das Ligas Camponesas e do avanço do comunismo, visto a presença do Partido Comunista Brasileiro. Seria então uma alternativa de sindicalização para os camponeses por viés cristão. Sobre isso, Abreu e Lima escreveu:

Já o SORPE, criado também em 1961, tinha por objetivo a organização dos trabalhadores rurais em torno de cooperativas e sindicatos, buscando diminuir a

influência do PCB e das Ligas no campo e levar os trabalhadores rurais a uma ação que, embora questionasse o nível de sua exploração, fosse moderada. Sua atuação maior era na zona da Mata Norte. Seu trabalho era feito a partir das paróquias e, muitas vezes, foi o próprio salão paroquial que serviu como sede do sindicato (2012, p. 51).

A diferença da sindicalização proposta pelo SORPE com a sindicalização proposta pelos comunistas, segundo seus próprios responsáveis, é que eles, enquanto católicos, tinham como prioridade além da própria religião, uma pré seleção e uma formação para a conscientização, diferente dos comunistas que tinha como prioridade a conscientização por meio já da própria ação (ABREU E LIMA, 2012, p. 58).

Embora na maioria das referências seja possível identificar uma experiência da Igreja associada a movimentos sociais, é preciso ter cuidado para não generalizar essas ações como as únicas, visto que ao longo da história universal e da história da República brasileira em particular, essa mesma instituição teve papéis e iniciativas diferentes por meio de seus representantes oficiais, tanto nas dimensões universais, nacionais ou até mesmo regionais. Severino Silva em sua tese *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife* afirma que no Brasil

A igreja, que esteve ao lado do Juscelino Kubitschek na pugna pelo desenvolvimentismo e se interessara pelas Reformas de Base, no início do governo de João Goulart, por conta do anticomunismo, esteve ao lado dos generais no golpe que afastou do poder o presidente João Goulart, mas, posteriormente, parte dela fez oposição ao regime que auxiliara a montar (2014, p.168).

A mesma instituição que se envolveu em iniciativas ligadas a movimentos sociais, também esteve presente apoiando o golpe civil-militar de 1964. Dessa forma, suas atividades e prioridades foram afetadas, resultando em ações e movimentos com perfis conservadores e progressistas, com históricos e personagens distintos que raramente ultrapassaram, com folga, os limites dessas duas alas.

Um dos pouquíssimos exemplos públicos, se não talvez o único, que migrou de um lado ao outro dessas duas formas de conceber a ideia de Igreja foi Dom Helder Câmara, que na juventude, enquanto padre, esteve ligado a Ação Integralista Brasileiro (AIB) por acreditar que esse movimento, embora inspirado no Fascismo de Mussolini, estivesse de acordo com o catecismo aprendido ao anunciar a defesa de “Deus, Pátria e Família”, como se pode ler em Giselda Silva na sua tese *Integralismo e Estado Novo: diálogos e confrontos* (2017, p. 59-60). Esse mesmo homem, passado a juventude e já bispo, foi chamado de bispo vermelho pelo seu progressismo na arquidiocese de Olinda e Recife (SILVA, 2014, p. 166), onde criou com a colaboração de Pe. Servat a Ação Católica Rural em 1965.

São muitas as investidas da Igreja Católica no Brasil desde o século XVI, impossíveis de resumi-las em um trabalho de conclusão de curso. Por isso, para essa temática em específico, selecionamos a abordagem da própria Ação Católica (AC) como fundamental para a compreensão da Ação Católica Rural, criada em 1965 no nordeste brasileiro, no período de pós-golpe militar.

Ainda de acordo com Silva, a Ação Católica é 'o nome dado ao conjunto de movimentos criados pela Igreja Católica no século XX, visando ampliar sua influência na sociedade, através de setores específicos do laicato e do fortalecimento da fé religiosa' (2014, p. 75). Ou seja, foi um modo de agir idealizado por um papa no Vaticano e exportado para outros países, onde as pessoas leigas que não faziam parte da hierarquia eclesiástica podiam agir e atuar como instrumentos de ampliação da influência religiosa nos setores onde o clero tinha dificuldade de chegar ou passou a ter dificuldade de permanecer devido ao contexto histórico de mudanças sociais, políticas e culturais que ocorriam no período.

Podemos separar três períodos importantes e distintos que envolvem a Ação Católica (AC). O primeiro é o reconhecimento desse movimento como necessário, feito pelo papa Pio XI em 1929. Ele estabeleceu orientações gerais baseadas na Doutrina Social da Igreja, levando em consideração o contexto histórico de secularização e luta contra ideologias, especialmente o comunismo. Sobre esse primeiro período, Silva escreve:

[...] a maior marca do período foi o sentimento de aversão ao mundo moderno, especialmente no combate ao indiferentismo religioso, ao socialismo e ao comunismo, estes causados por aquele, no entendimento dos próceres religiosos; além, disso havia o combate ao espiritismo e ao protestantismo, que ocupavam espaços em uma nação tradicionalmente católica. A partir dos anos 30, quando a vida republicana foi pela personalidade de Getúlio Vargas, a igreja passou a ter, no Brasil uma status de religião semi oficial (2014, p. 155-156).

Vale ressaltar que as orientações gerais da Igreja, principalmente a aversão ao mundo moderno, surgiram em um contexto em que ela deixava de ser a única religião oficial devido ao surgimento de outras crenças, o que enfraquecia o seu poder nos espaços anteriormente dominados. Além disso, a ideia de progresso e cientificidade também contribuiu para fragilizar o monopólio religioso católico.

Nessas orientações gerais, não estavam contempladas as especificidades e necessidades de cada país. No caso do Brasil, é importante lembrar que o catolicismo já não era mais a religião de Estado desde a primeira constituição republicana, que declarou a laicidade do Estado, embora ainda fosse a religião oficial da maioria da população. Com Vargas, o catolicismo adquiriu um status semioficial, o que gerou uma preocupação por parte

do clero em não perder espaço e poder, resultando na necessidade de atuação da Ação Católica como mecanismo de manutenção da religião.

É importante afirmar também que, para compreender historicamente a Igreja universal, é necessário entender o papel do papa que a governa em cada período histórico, pois ela não é uma realidade abstrata desvinculada do mundo concreto. Cada pontificado acaba refletindo as sensibilidades e interesses da pessoa que o lidera. Nesse período em questão, o papa governante é Pio XI, e sobre ele e o contexto histórico do reconhecimento da Ação Católica, Ney de Souza escreveu no artigo *Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites*

[Pio XI] enfrentou [...] o terrível pós-guerra que abalou o mundo ocidental. Foi um período de profundas transformações econômicas, políticas e sociais: por um lado temos o crescimento dos estados liberais que veio associado ao desenvolvimento do capitalismo, com o avanço das indústrias e a urbanização das cidades; por outro lado temos a marginalização da classe operária e o crescimento da pobreza, especialmente nos grandes centros que possibilitou o avanço das idéias socialistas e comunistas. Todas essas mudanças terão suas repercussões na Igreja Católica que, desde o século XVIII, em consequência da difusão das idéias liberais e iluministas, vinha perdendo a sua hegemonia na sociedade. A Igreja, porém, vê-se preocupada, nos séculos posteriores, a reordenar a sua prática pastoral através de uma ação social que a aproxime das classes mais oprimidas da sociedade da época. A ideia que vigorava é que era preciso trazer as pessoas afastadas da religião para Cristo. É, sobretudo com o objetivo de converter, que a Igreja busca refazer o seu discurso e a sua ação, de modo a assegurar a confiança dos descrentes (2006, p. 41-42)

Embora o socialismo e o comunismo não fossem as únicas ideologias conhecidas na época, elas foram os principais alvos das críticas e das propagandas anticomunistas, acusando-as de ateísmo. Isso influenciou a postura da Igreja, através dos papas, que condenaram essas ideias e ameaçaram de excomunhão os fiéis que as seguissem.

Dessa maneira, as orientações gerais dadas pelos Papas, em Roma ou pela Santa Sé¹, eram levadas para os países com o objetivo de colocá-las em prática. No caso do Brasil, nessa primeira fase da AC, correspondeu ao período em que Getúlio Vargas estava no poder e se estendeu até o final da década de 1940. Blasius Debalde escreve, no artigo *A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro: 1889/1960*, sobre o interesse por parte do governo getulista da seguinte forma:

Neste contexto, a Igreja desperta interesse por parte do governo de Vargas, devido a sua força e penetração junto ao povo. A Igreja Católica tinha nas mãos o povo, devido à ação pastoral que realizava junto aos segmentos sociais. O governo getulista via como uma possibilidade de aproximação com o povo, valendo-se do canal institucional da Igreja Católica, pois os segmentos populares também interessavam aos governos populistas. Este interesse comum aproximou a Igreja do Estado, após vários anos de separação. [...] esta aproximação foi selada com a

¹ O Vaticano só passou a existir como Estado após a concordata de Pio XI com Mussolini em 1929 que ficou conhecida como Tratado de Latrão.

Constituição de 1934, que reatou as relações entre o Estado e a Igreja Católica, proporcionando um trabalho em parceria (2007, p. 56).

Severino Silva, em *Sobre a formação sacerdotal na Chegada do Concílio: uma experiência sergipana*, ao escrever sobre a preparação dos padres em Sergipe dos anos 1910 a 1960, deu uma informação importante acerca da relação Igreja-Estado visto que “nesse período, ainda que a República fosse leiga, vivia-se uma neocristandade, uma concordata moral que ligada o Estado à Igreja” (2021, p. 224).

A atenção e a prioridade da Igreja na formação dos padres era importante porque até o reconhecimento da necessidade da Ação Católica, todas as atividades institucionais eram assumidas por membros institucionais da Igreja, sejam membros oficiais do clero e da hierarquia, ou os diversos religiosos pertencentes a ordens e congregações, como os frades e as freiras de acordo com o carisma específico de cada um. Foi a partir da AC que o laicaito, ou seja, os leigos que não faziam parte da hierarquia ou de alguma ordem ou congregação religiosa, assumiram de forma institucional ações e trabalhos, ganhando também papel e missão.

Segundo Portantiolo Maia e Pinto Sales, no artigo *A Ação Católica e a modernidade religiosa: um debate sobre a autonomia do leigo*, “esse movimento internacional foi lançado no Brasil na década de 1930 para atuar na perspectiva da inserção do leigo nos trabalhos religiosos, prática que não era comum até aquele momento” (2019, p. 160). Livia Braga completa, em sua dissertação *A Juventude Universitária Católica e a ditadura civil-militar brasileira: dos “ventos de abertura” aos “atos de fechamento” (1964-1968)*, que “surge assim, a partir de iniciativas dadas pelo Cardeal Leme a Ação Católica Brasileira. Ainda seguindo o modelo italiano, a experiência se dividia entre homens e mulheres. E seguiu assim, sem grandes alterações, até o início dos anos 1950” (2021, p. 39).

Mas vale ressaltar que essa atuação dos leigos não tinham autonomia dentro de uma instituição milenar onde a hierarquia e o clericalismo estavam consolidados na mentalidade de seus membros e até dos próprios fiéis. Nesse primeiro momento, a principal função dos leigos foi de transmissores e canais da ortodoxia criada pela própria hierarquia. Acerca disso, Portantiolo Maia e Pinto Sales escreveram

Dessa forma, o leigo passa a ser concebido como agente, ganhando importância no processo de evangelização, mas ainda não possuindo autonomia de ação. Esta, é praticamente inexistente, estando sua função restrita a levar uma mensagem “pronta”, apenas reproduzindo e transmitindo aquilo que foi elaborado pela hierarquia católica. A subordinação à hierarquia e a reprodução dos dogmas católicos de forma ortodoxa era a perspectiva dominante para a atuação dos leigos. [...] este é um importante momento de inserção dos leigos na estrutura institucional católica como agentes, embora ainda estritamente subordinados (2019, p. 163).

Sem uma autonomia, os leigos da Ação Católica só reproduziam a ortodoxia como transmissores sem o compromisso de colaboração ativa, assumindo ainda assim um papel de passividade e subalternidade, visto que não havia espaço para iniciativas originais que surgissem dentro do laicato. De certa forma, eles foram uma extensão da própria instituição nos lugares mais periféricos onde a presença do clero era escassa ou tinha perdido espaço por causa da modernidade.

Sendo assim, nesse primeiro momento do movimento, é impossível dissociá-la de uma ação conservadora que colocou a Igreja num lugar de defesa frente à realidade social em que estava imersa. Ela estava mais preocupada em lutar contra as ideias e ideologias, principalmente o socialismo e comunismo, considerados grandes ameaças para a manutenção de seu poder no ocidente, acusando-os de anticristãos e de ateísmo.

O leigo era visto primeiro como um receptor para depois se tornar um transmissor fiel de tudo o que a Igreja, que se auto colocava num papel de “Mãe e Mestra”, oferecia à todos os fiéis e a todo o mundo, sem espaço para aprender com as transformações históricas em que estava situada, e sem dialogar com as outras formas de pensamento e conhecimento. O objetivo era (re)conquistar poder e espaço no mundo moderno a partir dos leigos. Ainda segundo Maia e Pinto,

Dessa forma, percebe-se que a Ação Católica surge como uma proposta “conservadora” frente à realidade social daquele momento histórico. Configurava-se como uma resposta da Igreja em oposição às transformações vivenciadas pela sociedade, tendo por objetivo sua adaptação ao novo contexto em busca da manutenção e até mesmo extensões de sua influência sobre a sociedade. Esta reação amparava-se na atuação do leigo submetido à tutela institucional, conferindo-o quase nenhuma autonomia. Embora o leigo tenha abandonado a postura de exclusivo receptor, poderia ser caracterizado como mero “Transmissor” da mensagem institucionalmente instituída, uma ação que se dá, em essência e no primeiro momento, com muito controle e pouca autonomia (2019, p. 164).

Esse primeiro momento que se inicia no Brasil em 1932 se estende até 1947, conhecida também pelo nome Ação Católica Geral, não sendo difícil compreender o porquê de se chamar assim visto tudo o que já mencionamos nessa fase. O nosso marco para 1947 ser o início desse segundo momento é a nomeação do monsenhor Helder Camara, futuro arcebispo da Arquidiocese de Recife e Olinda a partir de 1964, como secretário nacional da ACB (SILVA, 2014, p. 165).

Nesse segundo período, é possível identificar uma Ação Católica Especializada (ACE) no universal, ou Ação Católica Brasileira (ACB) no particular, com leigos formados e atuantes que auxiliaram os bispos em suas dioceses. Não mais seguiu a influência do modelo italiano que separa homens e mulheres, mas abriu-se a influências de experiências belgas e

francesas, surgindo o jovem como uma figura importante. Sobre isso, Braga também escreveu:

[...] por influência das experiências da Bélgica e da França tem início a Ação Católica Especializada (ACE), organizada a partir das realidades em meios específicos. Desde então, fortalecem-se especialmente os movimentos de Juventude. É no seio da ACE que surgem diversos movimentos voltados para a juventude católica (2021, p. 39).

Dessa forma, a Ação Católica assumiu um papel de destaque ao enfrentar os desafios das periferias e das fronteiras internas da própria Igreja. Seus membros entraram em contato com diversas correntes de pensamento, incluindo algumas vertentes das teorias sociais, como abordagens marxistas e comunistas. No entanto, é importante ressaltar que essas influências eram diversificadas e não podem ser generalizadas. Ao mesmo tempo em que mantinha laços estreitos com as dioceses e, em certa medida, com o Estado, o movimento sentiu a necessidade de se estruturar para melhor ocupar os novos espaços disponíveis.

Entretanto, a relação passou a ter os dois pólos ativos, leigos-Igreja, passando também a conhecer por meio dos próprios leigos, o mundo e as suas transformações sociais. Silva escreve:

Os anos que se seguiram à década de 1950 foram anos nos quais os católicos, não apenas no Brasil, experimentaram novas formas de engajamento social, em muitos casos animados pelos seus bispos, modificando os seus comportamentos no trato com a sociedade e com o Estado (2014, p. 156).

Enquanto num primeiro momento a experiência da Ação Católica era subordinada às orientações gerais vindas de Roma e do papa, em um perfil mais defensivo e conservador, sem autonomia dos leigos, neste segundo, à medida que foram ocupando todos os espaços, desde o urbano até o rural, a relação dessas pessoas com os bispos e padres também tiveram uma mudança de atuação, visto que as dioceses com suas paróquias passaram a ser estruturas necessárias para a manutenção do movimento. Ivan Manoel, no artigo *A Ação Católica Brasileira: notas para estudo*, escreve

Ao mesmo tempo em que pretendia abarcar o homem em todos os momentos de sua vida, a Ação Católica pretendia abarcá-lo em todos os lugares onde estivesse, no campo e na cidade, nas capitais e no interior, nos centros mais populosos e nas regiões mais ermas do país. Para tanto, a Ação Católica deveria ser desenvolvida a partir de uma estrutura organizacional já estabelecida: paróquias e dioceses (2008, p. 214).

Embora o autor tenha usado o termo *homem* como sinônimo para a palavra leigo, todas as pessoas eram contempladas, homens e mulheres, desde a infância até a velhice, não definindo muitos critérios para que todos pudessem, por meio da ACE, não apenas entrar num tipo de apostolado fechado numa formatação de grupo, mas se tornarem ativos no Apostolado de Jesus numa formatação de missão, sem excluir nem mesmos os espaços, do urbano ao

rural, do povoado às metrópoles. De todo modo, ao usar esse termo, é possível fazer uma ponte com a encíclica² *Populorum Progressio*³, escrita pelo Papa Paulo VI em 1967, que convoca, no parágrafo 14, toda a Igreja assumir o desenvolvimento dos povos na sua integralidade, “todos os homens e o homem todo”.

A própria atuação do monsenhor Helder Câmara como assistente-geral da AC, e depois, mesmo ordenado bispo em 1952, ajudou a criar no Brasil uma estrutura que congregasse todos os bispos e os articulasse, sendo assim uma ideia para auxiliá-los em seus trabalhos. Sobre essa questão, Silva escreveu:

As suas atividades como assistente-geral da Ação Católica Brasileira ajudaram ao monsenhor Hélder Câmara conceber a ideia de promover o surgimento de uma instituição que congregasse e fosse capaz de permitir uma melhor articulação dos bispos do Brasil. Para ele essa instituição era necessária, uma vez que novos problemas surgiam, para a Igreja, por conta do crescimento do país e, por ser um país quase continente, as diversas regiões do Brasil apresentavam problemas diferentes e específicos. Entendia ele que o crescente número de dioceses demandava uma ação mais coletiva e conjunta dos dirigentes da Igreja, evitando possíveis desencontros entre os prelados. O Monsenhor Hélder Câmara entendia que a hierarquia deveria ter uma organização central que auxiliasse os bispos em suas dioceses, sem diminuir o seu múnus. Essa instituição deveria auxiliar os bispos em suas dioceses, ao mesmo tempo em que promoveria ações conjuntas, buscando uma ação mais unificada dos católicos. [...] Em outubro de 1952 foi criada a CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil] e Dom Hélder Câmara foi feito seu Secretário Geral, cargo que ocupou até 1964 (2014, p. 166).

De acordo com Debal, Dom Helder os principais objetivos ao propor a CNBB que seriam: “criar uma coordenação nacional da Igreja, urgente e necessária em vista da rápida expansão das dioceses, ocorrida, principalmente, no início da década de 50; animar a instituição toda a tomar parte das mudanças sociais” (p. 2007, p. 59), ou seja, pode-se ver que além de uma organização formal, também era sua intenção que os bispos do Brasil não ficassem alheios às questões de mudanças sociais, sendo a ACB um instrumento importante para conhecer as diversas periferias e necessidades do país.

Além do Brasil, em outras nações também surgiram experiências consideradas 'nacionais' da Ação Católica, cada uma com suas próprias características. Essas experiências não impediram o surgimento de outros desdobramentos com objetivos específicos. Muitos movimentos foram inspirados na nacionalização da Ação Católica, no contexto brasileiro.

Abreu e Lima exemplifica alguns desses outros setores específicos e movimentos que surgiram a partir da experiência nacional da AC da seguinte forma:

² Documento oficial emitido pelo Papa, líder máximo da Igreja Católica Romana, que aborda questões de importância teológica, moral, social ou pastoral. As encíclicas geralmente têm como objetivo fornecer orientações, ensinamentos e diretrizes para os fiéis católicos e para a sociedade em geral. Elas refletem a posição da Igreja sobre determinados assuntos e têm autoridade doutrinal dentro da fé católica.

³ PAULO VI. *Populorum Progressio*, Promulgada em 26 de março 1967 | Vatican.va. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html.

A Ação Católica se dedicava ao trabalho de evangelização e ação em setores específicos, como a Ação Católica Operária (ACO), havendo grupos definidos para as juventudes, como a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) (2019, p. 92).

A JUC, por exemplo, teve uma atuação importante porque, levando em consideração o acesso às universidades na época, poucos pobres e periféricos conseguiram entrar em uma formação superior nesse período que antecedeu o golpe de 1964. Segundo Wellington Silva e Paulo Baptista, no artigo *A revolução nas origens da esquerda católica brasileira e a Teologia da Libertação*, “a JUC será uma das grandes referências desse movimento e para a história da esquerda católica e da TdL” (2020, p. 11). Essa esquerda católica, de acordo com Eraldo Silva, na sua dissertação *A pastoral da Juventude na diocese de Pesqueira: 1967-1985*, “pressionava pelo rompimento da Igreja com a ordem política e socioeconômica vigente” (2005, p. 43).

Todos esses nomes dos grupos específicos que surgiram no Brasil, também surgiram em outros países com o mesmo nome ou com nomes diferentes. Caso o nome seja o mesmo, é preciso ter cuidado porque as especificidades de cada lugar, em todos os âmbitos, marcaram cada experiência e resultaram em práticas específicas de cada movimento surgido por meio da ACE.

O próprio padre Servat, por exemplo, cita na entrevista concedida a Montenegro acerca de uma Ação Católica Francesa, com Juventude Agrária Rural e também uma Ação Católica Rural onde ele trabalhou no seu país de origem antes de chegar no Brasil, sendo também um exemplo de frutos de uma nacionalização da AC (2019, p. 230; 248). Embora ele colabore com Dom Helder na criação de um movimento que leva o mesmo nome no nordeste brasileiro, são grupos diferentes e autônomos, um francês e outro brasileiro, podendo até ser inspiração, mas que embora tenham o mesmo nome, não são a mesma coisa.

O padre diferencia da seguinte forma o meio rural francês onde a Ação Católica Rural de seu país atuava

Quando vim para o Brasil, sabia o que queria, mas não conhecia o meio rural nordestino, e foi um choque o contato com o Nordeste. Era um perigo transpor, por exemplo, a visão do meio rural francês para o Brasil. Na França, conheci um meio rural em processo de mudança. Era o momento dos tratores, da mecanização, dos pequenos agricultores e das pequenas propriedades de 30, 40 hectares. Eles tinham bois, vacas para trabalhar; iniciavam o processo de mecanização. Muitos se arruinaram, pois não tinham preparação para isso. Neste tempo, quem não planejava e calculava a produtividade do trator, perdia dinheiro. Era difícil dizer às pessoas que, quanto mais o trator ficasse parado na garagem, menos eles ganhariam. Tinham que trabalhar o máximo possível. Vendiam bois e compravam tratores e maquinário caro e complicado com a ajuda dos bancos, dos quais se tornaram escravos. O animal não perde o valor da mesma que a máquina. O trator conservado com amor

na garagem arruinava o agricultor. Nesse tempo, dizer isso às pessoas que já tinham uma visão tradicional da agricultura não era fácil. Eram necessárias paciência e perseverança de jovens técnicos selecionados no meio rural e treinados para mudar mentalidades e práticas de cultivo (2019, p. 249-250).

Fica claro com essa fala do religioso as diferenças dos meios rurais dos dois países e, conseqüentemente, as distintas atuações das 'Ações Católicas Rurais' em contextos diversos. Enquanto na França era comum encontrar pequenos agricultores passando por um processo de mecanização, no Brasil os camponeses viviam em propriedades privadas concentradas nas mãos de poucos, sem direitos e garantias que favorecessem os mais vulneráveis, incluindo a realização da reforma agrária e a busca por justiça social.

Embora muitos autores, especialmente os já citados anteriormente, tenham trabalhado com apenas dois períodos da Ação Católica no Brasil, incluímos um terceiro com a criação da Ação Católica Rural em 1965, por Dom Hélder, não mais no cargo de Secretário Geral da CNBB, mas de arcebispo diocesano. Nesse momento, foi iniciado um movimento que levava em consideração toda a experiência das fases anteriores, inovando principalmente com as orientações que o Concílio Vaticano II já apontava, valorizando a figura do leigo com autonomia e consciência.

É nessa terceira que a ACR não se deixa limitar pelos próprios limites das dioceses, focando no campo como área de missão, formando leigos ativos na luta por direitos humanos e divinos, situada no período de pós-golpe militar onde muitas das experiências que existiam anteriores a 1964 foram interrompidas, desarticuladas, criminalizadas e perseguidas, taxadas de subversão e comunismo, e seus “líderes sindicais, políticos e militantes de esquerda seriam alvo de prisões, torturas e assassinatos” (MONTENEGRO, 2019, p. 37).

De acordo com Libânio, a atuação católica especializada, principalmente nos anos 60, a associou enquanto esquerda política partidária, e afirma que “o termo esquerda naqueles idos significava, pelo menos, duas coisas: crítica da situação das igrejas em harmonia ou mesmo em convivência com a burguesia a partir da opção pelos pobres e horizonte socialista como utopia” (2012, p. 5). Fazer essa leitura por parte dos militares, justificou a perseguição e desarticulação de muitos movimentos e iniciativas que foram interpretadas também como ameaça vermelha.

A Arquidiocese de Olinda e Recife teve muita importância nessa fase por causa da presença desse novo bispo, Dom Helder Camara, nomeado para essa nova missão em 12 de março de 1964, dias antes da execução do golpe militar, trazendo para essa realidade eclesial a tentativa de aplicar na prática o que estava sendo discutido no Concílio Vaticano II,

inaugurando um período peculiar na AOR (Arquidiocese de Olinda e Recife) que ficou conhecido como Igreja Progressiva. Sobre isso, Silva comenta:

Arquidiocese de Olinda e Recife passou por essa nova fase, sendo inclusive vista, em um determinado momento, como uma igreja modelo para as demais. Foi uma fase na qual a participação política da Igreja dos católicos chamou atenção de todos, foi uma fase que ficou conhecida como o domínio da Igreja Progressiva. Arquidiocese de Olinda e Recife, tudo indicava, estaria se tornando uma igreja de vanguarda e moderna. Quando e como começou isso? Será que ela se tornou realmente moderna e progressista, ou foi apenas um sopro de progresso sobre uma cidade e uma diocese tradicionalmente, visceralmente conservadora? (2014, p. 156).

E foi nessa Arquidiocese que a ACR se tornou um movimento criado após o golpe e que conseguiu, embora com todas as dificuldades e dribles, resistir ao regime ditatorial e autoritário dos militares, atuando principalmente na zona rural nordestina, que embora tivesse padres referenciais, não eram mais os clérigos os principais personagens necessários para que a ação funcionasse, prescindindo o Estado e até mesmo a organização e estruturas da própria Igreja.

DOM HELDER E A AÇÃO CATÓLICA RURAL

Na década de 1960 a Igreja Católica passou por um dos eventos mais importantes e definidores, o Concílio Vaticano II, onde todos os bispos e arcebispos do mundo se reuniram para deliberar acerca da presença e realidade dessa instituição, com o objetivo de adaptá-la às necessidades e exigências do mundo no qual estava situada. Esse Concílio teve a condução de dois Papas, visto que o que convocou em 1962, João XXIII ⁴, faleceu antes da conclusão dos trabalhos, em 1963, e foi sucedido por Paulo VI ⁵ no mesmo ano, encerrando esse importante evento em 1965.

O Vaticano II, nome dado por ter ocorrido na cidade do Vaticano e ser a segunda edição de um concílio com o mesmo nome ⁶, marcou os pontificados de João Paulo I ⁷, João Paulo II ⁸, Bento XVI ⁹ e o atual Francisco ¹⁰. O papel desses líderes religiosos seria de assumir e colocar em prática as orientações e os documentos finais frutos de todas as deliberações.

Nesse sentido, o nome escolhido pelo cardeal Albino Luciani, eleito em 1978 após a morte de Paulo VI para se tornar o primeiro Papa pós-concílio, foi de grande significado. Ao adotar o nome de João Paulo, ele inaugurou uma prática inédita de escolher um nome composto formado pelos nomes de seus antecessores, representando aquele que convocou o Concílio Vaticano II e o que deu continuidade e encerrou o evento.

João Paulo sinalizou que a Igreja estava se abrindo para as questões latentes do mundo moderno, adotando uma postura mais pastoral e afetuosa. Ele ficou conhecido como o 'Papa do sorriso' ou o 'Papa catequista', destacando-se por uma presença mais sóbria, distante das pompas associadas a seus antecessores. No entanto, apenas 28 dias após sua eleição, ele faleceu, sendo sucedido por Karol Wojtyła, que adotou o nome de João Paulo II e teve um pontificado que durou de 1978 a 2005.

⁴ Angelo Giuseppe Roncalli, de nacionalidade italiana, foi o 261º Papa da Igreja Católica Apostólica Romana adotando o nome de João XVIII com pontificado que durou de 1958 a 1963 (4 anos).

⁵ Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, de nacionalidade italiana, foi o 262º Papa adotando o nome de Paulo VI com pontificado que durou de 1963 a 1978 (15 anos).

⁶ O Concílio Vaticano I ocorreu entre 1869 e 1870 e foi convocado pelo Pio IX (1846-1878).

⁷ Albino Luciani, de nacionalidade italiana, foi o 263º Papa adotando o nome de João Paulo com pontificado que durou apenas 33 dias entre 26 de agosto a 28 de setembro de 1978.

⁸ Karol Józef Wojtyła, de nacionalidade polonesa, foi o 264º Papa adotando o nome de João Paulo II com pontificado que durou de 1978 a 2005 (26 anos).

⁹ Joseph Aloisius Ratzinger, de nacionalidade alemã, foi o 265º Papa adotando o nome de Bento XVI com pontificado que durou de 2005 a 2013 (7 anos).

¹⁰ Jorge Mario Bergoglio, de nacionalidade argentina e primeiro latino americano a assumir o governo da Igreja, é atualmente o 266º Papa adotando o nome de Francisco, eleito em 2013.

Esse panorama geral dos Papas é importante porque marca a vida de Dom Helder Câmara ao abranger as principais etapas de sua trajetória, desde seu papel como bispo auxiliar do Rio de Janeiro até sua atuação como fundador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sua participação no Concílio Vaticano II, seu serviço como arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife e, por fim, sua renúncia¹¹ e posterior título de arcebispo emérito. Podemos situá-lo dentro da história da Igreja ao encontrar uma coesão entre sua vida pastoral e a expressão de sua espiritualidade, que era tão presente em seus discursos e crenças, refletida em seu modo de agir e atuar.

Severino Silva, em sua tese *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife*, afirma que Dom Helder assumiu um perfil, tanto em seus discursos quanto em sua ação pastoral, em conformidade com as novas orientações do Concílio Vaticano II. Ele foi chamado por seus colaboradores de “bispo do terceiro milênio” na “igreja dos sonhos” (2014, p. 171).

É importante ressaltar que a chegada do novo arcebispo à arquidiocese de Olinda e Recife ocorreu em 1964, no mesmo ano do golpe civil-militar. Diante desse contexto, seu pastoreio foi de grande importância, pois seu modo de agir e transitar não foi limitado por fronteiras religiosas ou eclesiais. Como bispo, ele assumiu conscientemente o papel de estar ao lado dos mais vulneráveis, levando em consideração o presente e o passado.

Joseph Page na obra *A Revolução que nunca houve* escreve da seguinte forma sobre a chegada de Dom Helder no nordeste como arcebispo:

O dismantelamento da esquerda católica coincidiu com a chegada de dom Hélder Câmara ao Recife. O arcebispo de Olinda Recife, dom Carlos Coelho, tinha falecido no dia 7 de março, e uma semana depois o progressista dom Helder Câmara, um nordestino que estava servindo como bispo auxiliar no Rio de Janeiro, foi nomeado para o cargo. Os ultraconservadores brasileiros já haviam marcado dom Hélder como um dos integrantes do “clero comunista” do país, por causa de sua constante defesa das reformas e dos seus desacordos com o tradicional e duro cardeal do Rio de Janeiro. O prelado baixinho não poderia ter escolhido hora pior para vir para o Recife. Ele chegou no dia 10 de abril e logo no dia seguinte soldados armados invadiram seu palácio (1972, p. 249-250).

De acordo com esse autor, já estava ocorrendo um dismantelamento da esquerda católica, e o novo prelado não possuía um perfil que, seja por omissão ou convivência, sugerisse apoio aos militares. Pelo contrário, o bispo chegou com a reputação de ser um

¹¹ De acordo com o atual Direito Canônico promulgado pelo então Papa João Paulo II em 1983 “Roga-se ao Bispo diocesano, que tiver completado setenta e cinco anos de idade, que apresente a renúncia do ofício ao Sumo Pontífice, o qual providenciará depois de examinadas todas as circunstâncias” (Cân. 401, § 1); e “O Bispo, cuja renúncia ao ofício tiver sido aceite, mantém o título de emérito da sua diocese e pode conservar nela residência, se o desejar, a não ser que, em certos casos, em virtude de circunstâncias especiais, a Sé Apostólica providencie de outro modo” (Cân. 402, § 1).

'comunista', devido ao seu perfil reformador e à sua recusa em manter o tradicionalismo que a Igreja estava acostumada a ter e ser, conforme o modelo anterior ao Concílio Vaticano II.

Entretanto, isso não resultou da parte do bispo em uma reação agressiva ou autoritária. Inspirado em Gandhi e em Martin Luther King, ele conseguiu ser a única voz institucional dissidente no nordeste não amordaçada pelo exército, sendo esperança para as pessoas mais afetadas nesse contexto, as classes média e baixa, como podemos ler em Page, mais uma vez:

A única voz real de dissidência no Nordeste pertencia a Dom Hélder Câmara. O arcebispo do Recife moveu-se rapidamente para dentro do vácuo político criado pelos militares e ofereceu um raio de esperança a todos os elementos das classes média e baixa que anteriormente tinham se dirigido a Miguel Arraes em busca de uma liderança. O exército não podia amordaçar Dom Hélder e ele falou sobre a necessidade de reformar a sociedade feudal que havia reduzido os camponeses da região a estado sub-humano. Ele ressaltou a urgência da formação de uma nova mentalidade que possibilitasse aos trabalhadores tanto urbanos quanto rurais uma libertação das cadeias da pobreza, da doença e da ignorância. Sua ênfase constante era sobre a não-violência na tradição do Mahatma Gandhi e Martin Luther King (1972, p. 261 - 262).

É importante ressaltar que a figura de Dom Helder Camara, inspirado em Gandhi e em Martin Luther King, foi uma voz institucional dissidente no nordeste que se destacou no cenário político e social brasileiro, especialmente durante o período pré e pós-golpe militar. Todavia, ao abordarmos a relevância de Dom Helder, não podemos deixar de reconhecer a atuação significativa de outros líderes religiosos, como Dom José Távora, Arcebispo de Aracaju, que também desafiou o regime ditatorial e defendeu os direitos humanos, exercendo papel fundamental na resistência e na luta pela justiça social daquele momento como já falamos anteriormente.

Mas voltando à Arquidiocese de Olinda e Recife, o bispo incentivou inúmeras experiências eclesiais engajadas em diversos campos pastorais. Entretanto, focaremos apenas em um exemplo, a Ação Católica Rural (ACR), é importante destacar que ela não foi a única expressão presente na Igreja de Olinda e Recife naquele período histórico, nem em todo o território nacional. No entanto, é possível perceber a preocupação do bispo em promover a formação de mentes conscientes do presente e comprometidas em lutar contra as “correntes” de opressão e os “grilhões” que persistiam ao longo do tempo.

A redução das pessoas a um estado desumano configura-se como um mecanismo de manutenção de uma estrutura social permeada pela desigualdade e exploração econômica. Essa forma de opressão, frequentemente invisível e internalizada pelos próprios explorados, foi perpetuada por uma cultura moldada por indivíduos poderosos, desinteressados na erradicação da pobreza, doença e ignorância. A estrutura de exploração social impunha-se de

maneira sutil, tornando-se desafiadora a sua identificação e compreensão, especialmente para os trabalhadores afetados por ela..

Por isso a prioridade do bispo em investir na formação de mentalidades capazes de sair de um conformismo ao tomar consciência dessa estrutura que reduz a pessoa humana em um estágio de sub-humanidade, principalmente por meio da pobreza, da doença e da ignorância. Sua posição eclesial lhe deu instrumentos teóricos e práticos para isso, recebendo também ajuda e apoio de colaboradores dentro e fora de Olinda e Recife, dentro e fora do Brasil.

Delimitando a Arquidiocese de Olinda e Recife, Pedro Silva na sua tese *Ação Católica Rural: prática de um compromisso libertador em PE (1965-1979)* escreve

[...] os discursos e ações de Dom Hélder caminhavam na perspectiva de mudança da Igreja. [...] essas estruturaram-se oficialmente a partir das resoluções do Vaticano II e de Medellín¹². Na AOR tal contexto foi efetivamente sentido à medida que se criaram pastorais, movimentos e organismos que refletiam essa ideia. Entre eles podemos destacar: o Instituto de Teologia do Recife (ITER), o Seminário Regional Nordeste II (SERENE II), a Pastoral Rural, a Comissão de Justiça e Paz, o Encontro de Irmãos, a Operação Esperança e a Ação Católica Rural (2012, p. 113).

O bispo, embora tivesse um perfil e discurso reformador fundamentados nas deliberações do Concílio Vaticano II, não buscava criar rupturas com as estruturas da própria Igreja. Nem todo o clero universal compartilhava a mesma busca por mudanças e reformas internas. Uma ruptura radical poderia acarretar consequências significativas para o bispo, mesmo ocupando o mais alto nível da hierarquia clerical, o episcopado, uma vez que ele devia obediência ao Papa e submissão a várias instâncias de Roma responsáveis pela manutenção da tradição e doutrina católica.

Ele não fez disso motivo para uma ruptura definitiva com o governo militar. Como bispo, Dom Helder destacou-se entre os bispos na defesa dos direitos humanos, embora não tenha sido o único a se envolver nessa causa. Sobre essa questão, Hélio Silva escreve na obra *O poder militar*

O papel da Igreja, e de seus bispos, na defesa dos direitos da pessoa humana foi relevante. Constituindo uma gama desde os mais moderados até os mais exaltados, entre os quais se destacou o arcebispo de Olinda e Recife, D. Hélder Câmara, a ala liberal-reformista afirmou seu direito de interferir nas questões referentes ao respeito pela pessoa humana, o direito de defesa da justiça social e a execução das reformas, ao mesmo tempo que manifestava seu cuidado em evitar uma ruptura definitiva com o Governo. (1985, p. 463).

¹² Ao se referir a “Medellín” está se falando da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano que foi realizada na cidade de Medellín, na Colômbia (1968) onde os bispos latino americanos se encontraram para deliberar acerca da Igreja na América Latina.

Essa citação de Hélio é importante, pois destaca a relevância do papel de Dom Helder Camara como um religioso que se destacou na defesa dos direitos humanos. No entanto, é necessário tomar cuidado para evitar generalizações ao afirmar que "A Igreja e seus bispos, na defesa dos direitos da pessoa humana, foi relevante". É fundamental delimitar claramente a qual Igreja e a quais bispos estamos nos referindo.

Como já dissemos, a Igreja enquanto um organismo formado por muitos membros institucionalizados não tinha, e nunca teve, uma posição unânime frente a muitas questões. No contexto em específico, é possível encontrar tanto representações, perfis e movimentações de aspirações conservadoras quanto progressistas. As dioceses, por exemplo, refletem de acordo com os perfis dos bispos que as governam e/ou dos cleros particulares que as compõem.

Kenneth Serbin, na obra *Padre, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*, escreve o quão complexo é a referência quando se fala em Igreja

A Igreja Católica é uma organização global com centenas de milhões de fiéis e mais de 1 milhão de servidores, entre eles centenas de milhares de padres e freiras. A Igreja é uma instituição eclesiástica, mas também é o "Povo de Deus". Esse termo refere-se ao clero e aos fiéis. No Brasil a Igreja é a instituição mais antiga. Ela teve papel central no desenvolvimento da civilização brasileira. Em organização e recursos, só encontrou rivais nas Forças Armadas e no Estado (2008, p. 26).

Também os termos "conservador/conservadorismo" e "progressista/progressismo" são problemáticos quando trabalhados dentro da Igreja Católica, podendo ter definições e autoidentificações divergentes entre os grupos. Por exemplo, um grupo pode se reconhecer progressista ou conservador a partir de alguns elementos, mas outros grupos podem divergir ou convergir levando em consideração os mesmos elementos ou outros.

Para este trabalho, o termo conservador se refere a manutenção de doutrinas oficiais e posições sem abertura para as novas demandas que refletiram no Concílio Vaticano II, não abriram mão de ocupar uma posição central sem pouca movimentação de espaços, tiveram uma fé mais relacionada ao conteúdo do que a vida real das pessoas; já o termo progressista se refere àqueles que tiveram abertura e sensibilidade frente às novas demandas do tempo no CVII, saíram da posição central e transitaram pelas diversas fronteiras e periferias, aprenderam com a vida concreta e real das pessoas em diferentes estados e possuíram uma fé mais relacionada com a experiência.

Severino Silva tem esse cuidado para não cair numa interpretação generalista e escreve da seguinte forma colocando entre aspas o termo progressismo

Mas, convém salientar, e nunca será suficiente lembrar que o "progressismo" não parece ser algo que venha das entranhas da doutrina eclesiástica. Foram os problemas sociais crescentes que lançaram alguns eclesiásticos, é sempre bom que se repita: foram alguns padres e poucos bispos a tomarem uma postura positiva frente aos novos problemas sociais propostos pelas mudanças econômicas ocorridas

desde meados dos anos cinquenta, os anos da crise do populismo. Convém recordar que foi a luta contra as ditaduras, a defesa dos direitos humanos, o que mais congregou parte da hierarquia católica do Brasil, nessa época, para um postura progressista (2014, p. 197).

Ou seja, para esse progressismo que estamos referenciando, o encontro com os problemas sociais consequentes das novas mudanças econômicas e políticas, foram importantes na sinalização de um novo perfil de religiosos atentos e atuantes nesses espaços, crentes e conscientes de que suas presenças apontavam uma nova forma de conceber a fé, a religião e a ação pastoral, encarnados na história.

Serbin escreve sobre a síntese do perfil dos religiosos com a esquerda nesse contexto específico em que o Brasil se encontrava

Atuando como uma vanguarda modernizadora, um numeroso grupo de seminaristas e padres impeliram a Igreja para a esquerda e rebelou-se contra a disciplina tridentina. No esforço para resolver suas crises pessoais, propuseram um novo modelo: o padre como militante social. A resistência ao regime militar afetou profundamente essa iniciativa. A oposição política, a luta por justiça social e a reforma das estruturas eclesiais interligaram-se. Nesse processo, os seminaristas apresentaram um dos primeiros esboços específicos para a implementação da chamada opção pelos pobres, uma nova marca registrada do catolicismo latino-americano. A redefinição da vocação nas décadas de 1960 e 1970 refletiu a tentativa da Igreja brasileira de renovar sua missão social e religiosa (2008, p. 32).

Uma outra citação de Severino Silva menciona o Brasil e os outros países da América Latina, frente a sua reação com os governos e regimes totalitários, destaca como os religiosos progressistas que atuaram aqui no país conseguiram, mesmo com dificuldades, ficar do lado dos mais vulneráveis e prejudicados com a negligência dos direitos humanos, diferente dos outros países que ficaram mais alinhados às ditaduras do que o compromisso pelas pessoas humanas, e escreve

O que os progressistas combatem é a ordem inumana, uma ordem social que tem se instaurado desde a implementação do reino da indústria, uma ordem que esmaga a pessoa. E, então, este segmento da Igreja toma o partido dos pobres e se empenha nesse combate. No Brasil a maior parte da hierarquia assumiu esse combate, diferentemente da hierarquia de outros países que, no mesmo período, também estavam sob ditadura militar e que implantaram o Estado de Segurança Nacional (2014, p. 200).

Mas como não iremos trabalhar o papel da Igreja nos diversos contextos macros no Mundo ou no Brasil nesse período, o trabalho aqui presente delimita Dom Helder que assume a Arquidiocese de Olinda e Recife em 1964; arcebispo e arquidiocese que são importantes na origem da Ação Católica Rural iniciada em 1965 na *Rua dos Coelho, 270 - Bairro da Boa Vista na cidade de Recife*¹³.

¹³ Jornal Grito no Nordeste. Ano I, no I: Jan/Mar 1967, p. 5.

Ainda sobre Dom Helder, é possível encontrar um testemunho acerca dele na autobiografia escrita pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito da Arquidiocese de São Paulo. Ambos foram bispos ativos nesse período da ditadura militar lutando contra o autoritarismo e a negligência dos direitos fundamentais das pessoas. Ele escreve

O Presidente Castello Branco, reservado nas declarações, não hesitava em qualificar dom Hélder Câmara como por demais “vermelho”, ou seja, comunista. Toda ação em favor ou junto aos operários era assim rotulada. Eu mesmo o experimentara como assistente - não oficial, mas muito real - da Juventude Operária Católica, na diocese de Petrópolis [RJ] (2001, p. 360)

Duas citações anteriores se complementam visto que o novo arcebispo de Olinda e Recife tinha, como uma de suas prioridades, a conscientização e a luta pelos direitos humanos das pessoas, principalmente as mais vulneráveis ao regime ditatorial inaugurado com o golpe de 1964. Por conta disso, é taxado de comunista e de bispo vermelho.

Sem a pretensão de exaurir a definição de comunista e/ou comunismo, muito menos de aprofundar historicamente o que seria o comunismo ou o comunista, adotaremos para este trabalho essa concepção escrita por Paulo Arns de que para os militares era considerado comunista todo aquele que desempenhava “alguma ação em favor dos operários” acrescentando a busca do “respeito pela pessoa humana e a defesa e justiça social” da qual mencionou Hélio Silva.

Severino Silva no artigo *A Igreja Católica e Ditadura Civil-Militar: algumas palavras sobre a experiência da Arquidiocese de Olinda e Recife* escreve sobre a atuação de Dom Helder e os Direitos Humanos já como arcebispo nos primeiros anos

A ação de Dom Hélder na sua arquidiocese foi encaminhando-se para a defesa dos direitos humanos, e em 1968 foi lançado o movimento PRESSÃO MORAL LIBERTADORA tendo por chão a prática da não violência, tomando Mahatma Gandhi e Martin Luther King como paradigmas de sua ação. Era a celebração dos vinte anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas. Assim começava o enfrentamento com o Estado e as torturas que começavam a serem praticadas nos porões dos quartéis. As manifestações do movimento Pressão Moral Libertadora realizaram-se em ambientes fechados, como a ditadura permitia naquele momento. O lançamento do movimento ocorreu no auditório do Colégio São José, na Avenida Conde da Boa Vista e outra manifestação no pátio interno da Matriz do Bom Jesus do Arraial, próxima ao Sítio da Trindade. [...] Em maio de 1969 foi sequestrado e assassinado o Padre Antônio Henrique de Pereira Neto, que desenvolvia suas atividades com jovens de classe média e ensinava no Colégio Marista do Recife. O assassinato do padre Antonio Henrique ocorreu um mês após o atentado contra o estudante Cândido Pinto, presidente da União dos Estudantes de Pernambuco. O assassinato do padre Henrique deve ser entendido como uma maneira de atingir o Arcebispo indiretamente, pois atingi-lo diretamente causaria uma questão de política internacional. Essa ação de ataque a Dom Hélder continuou e chegou ao seu clímax nos anos de 1972 e 1973, momento de maior ação das forças repressivas sobre todos os movimentos, armados ou não, que desafiavam o regime (2019, p. 76-77).

A celebração dos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi um marco significativo, pois reafirmou que a pauta e a luta por esses direitos não eram uma invenção do bispo ou de grupos considerados subversivos dentro do território nacional. Essa celebração também ressaltou que esses direitos estavam fundamentados em órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que foi estabelecida no contexto pós-guerra para promover a paz, a segurança e o respeito aos direitos humanos em escala global.

A DUDH, assinada em dezembro de 1948, surgiu em um contexto histórico crucial. Após as devastadoras guerras mundiais e o surgimento de regimes totalitários em diversas partes do mundo, como o nazismo, que resultou em atrocidades como campos de concentração e trabalhos forçados desumanos, tornou-se evidente a necessidade de estabelecer princípios universais para proteger a dignidade e os direitos de todas as pessoas. Ela foi um passo fundamental nessa direção, estabelecendo um marco internacional para a garantia dos direitos humanos. Essa conquista não pode ser vista como algo que se erradica naturalmente ou espontaneamente, mas como um lembrete constante de que devemos permanecer vigilantes para evitar o retorno ou repetição dessas violações.

É sem subestimar esse potencial que a Declaração Universal dos Direitos Humanos passou a existir como uma formalização universal que garanta os direitos humanos. Essa preocupação em promover e proteger os direitos humanos já estava presente na Carta das Nações Unidas, assinada em 1945. Essa base sólida da Carta reforça o propósito e a importância da DUDH como um instrumento essencial na garantia dos direitos fundamentais de todas as pessoas. Em seu texto, a Carta das Nações Unidas estabelece o compromisso de

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (Cap. 1, Art. 1, § 3)¹⁴.

Já em Pernambuco, no ano de 1968, Dom Helder fez campanha dos Direitos Humanos na Arquidiocese com o movimento Pressão Moral Libertadora, levando essa parcela da Igreja a uma reflexão sobre esses direitos em um contexto de avanço da ditadura militar. Assim sendo, ele se tornou o grande tradutor dos direitos humanos no Brasil, o que resultou na indicação para o Nobel da Paz em 1972.

Destaca-se, entretanto, o seu modo que era o da “não-violência”, visto que ele não tinha pretensão de criar rupturas com a Igreja ou com o Governo, como já mencionamos, se

¹⁴ Carta das Nações Unidas (1945) disponível na íntegra em: <https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas> Acesso em 1 abr. 2023.

inspirando em pessoas referenciais que pregavam a paz. E é nesse modelo que o arcebispo criou também, em Pernambuco, a Comissão de Justiça e Paz no ano de 1977, com o objetivo de lutar pelos direitos fundamentais sem usar caminhos e meios violentos.

Margarida Cantarelli, Desembargadora Federal e Professora de Direitos Humanos da Faculdade de Direito do Recife, escreveu na ESMAFE - Escola de Magistratura Federal da 5ª Região - o texto *Dom Helder e os Direitos Humanos* e menciona a importância da “não violência” e da Comissão de Justiça e Paz

A lição que nos deu de que é possível lutar, sim, mas violência não, está consubstanciada na própria criação da Comissão de Justiça e Paz. Essa comissão, cuja atuação está a merecer mais estudos, representou um organismo institucionalizado, sob o seu manto, para defender indivíduos ou grupo de pessoas que sofriam opressão em razão de situações concretas, de violação aos Direitos Humanos, às liberdades fundamentais. Embora os objetivos da comissão fossem bem mais amplos (e foram), naquele momento um dos papéis principais era a defesa dos presos políticos e a busca dos desaparecidos, vítimas da atuação político-policial. Em nenhum momento acovardou-se ou acomodou-se, afirmando-se como um símbolo de resistência à opressão e do respeito às liberdades, sem jamais usar ou pregar a violência. A lição da não-violência também deve ser anotada como importante contribuição ao País e ao mundo (2006, p. 114).

Essas citações são importantes porque, situado no contexto de ditadura militar, o arcebispo não estava alienado dessas questões, nem tinha perfil omissivo, silencioso ou apoiador das ações que negligenciavam os direitos fundamentais das pessoas. A figura de Dom Helder foi importante também porque atrapalhou e dificultou muitas das ações dos militares.

Não se pode negar que nesse período anterior ao golpe existiam muitas realidades eclesiais envolvidas com a conscientização e a busca por direitos, são inúmeros os exemplos, mas vale citar alguns como as Juventudes Católicas (Agrária, Estudantil, Independente, Operária e Universitária) e a Ação Católica Operária como importantes no desenvolvimento dessas lutas e reivindicações.

Entretanto, é necessário diferenciar o nível de conscientização feita por esses movimentos com o nível de conscientização desejado pelos movimentos mais radicais. Socorro Abreu e Lima, em sua tese *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*, diferencia esses níveis da seguinte forma

Seus quadros eram formados por leigos da Ação Católica, organização da Igreja autônoma em relação às paróquias, que se dedicava ao trabalho de evangelização e ação em setores específicos, como a JAC, - Juventude Agrária Católica e a JUC – Juventude Universitária Católica. Essas organizações quase sempre tinham uma postura reformista e engajada nos movimentos sociais. Buscavam conscientizar a massa rural contrapondo-se à visão reacionária e conservadora da Igreja tradicional e dos setores dominantes mais retrógrados. Contudo, sua visão de mundo não permitia um aprofundamento maior nessa conscientização devido ao espírito de conciliação que presidia suas ações, assim como ao seu forte anticomunismo. Neste momento, portanto, esta tomada de consciência se dava no questionamento da situação

vivenciada, na busca de melhorias diante dessa realidade, mas não no sentido de uma mudança radical da sociedade em termos de luta pelo socialismo, o que só veio a ser assumido mais tarde por setores da JUC que deram origem à organização de esquerda Ação Popular (2012, p. 51).

Assim sendo, não se pode negar a importância desses movimentos católicos anteriores à ACR porque contribuíram na reflexão e questionamento da realidade. Também eles tiveram uma mudança de postura na medida em que o governo militar avançava. Em 1967, por exemplo, a ACO lançou um documento com críticas à ditadura no seu modo de tratar os trabalhadores, levando-os à desesperança, sem promover a justiça.

Severino escreve sobre esse documento intitulado de Nordeste Desenvolvimento sem Justiça do qual resultou em várias reações contra Dom Helder poucos anos depois de assumir o governo da Arquidiocese, acusando-o de comunista, ateu e infiltrado

No dia Primeiro de maio de 1967, dois anos antes do assassinato do Padre Antonio Henrique, a Ação Católica Operária lançou, no Recife o documento NORDESTE DESENVOLVIMENTO SEM JUSTIÇA, com críticas à política econômica de arrocho salarial que estava levando os trabalhadores à desesperança. Como se pode observar na leitura de jornais, é a vasta atuação da Igreja que preocupa o Regime e o leva a pressionar quem o contesta. Exemplo disso foi a atuação do vereador recifense Wandekolke Wanderley que acusa Dom Hélder de ser comunista, e o deputado Antônio Correia de Oliveira que acusa Dom Hélder de não ter Deus, logo após ele ter recebido o título de Cidadão Pernambucano. Em 03 de outubro de 1967, o Jornal do Brasil publica nota na qual Gilberto Freyre acusa Dom Hélder de aliar-se ao comunismo internacional (2019, p. 77).

A ACO, por sua vez, surgiu para os jovens que já faziam parte da JOC e, ao se casarem, não quiseram ficar sem a possibilidade de manterem-se engajados. Esses dois grupos são importantes porque não se pode falar do meio rural sem mencioná-los, visto que neste período era comum o êxodo rural, onde as pessoas do campo se deslocaram para o meio urbano em busca de trabalho e moradia.

De todo modo, embora Dom Helder tenha estimulado a reflexão acerca dos direitos, a Ação Católica até então só discutia os direitos de filhos de Deus, não os direitos "dos homens", das pessoas. No entanto, esse panorama começou a mudar com a criação da Ação Católica Rural, que, ao discutir os direitos dos filhos de Deus, passou a abordar também os direitos das pessoas. O boletim *Grito no Nordeste*, fonte selecionada para este trabalho, desempenhou um papel crucial nessa transformação, proporcionando um espaço de reflexão sobre o campo e sobre a própria condição das pessoas que viviam nele.

O primeiro número deste boletim foi publicado em 1967, no terceiro ano do arcebispado de Dom Hélder, durante os primeiros anos da ditadura militar. Essa coincidência histórica não pode ser considerada um mero acaso, pois o boletim foi um produto consciente e

intencional criado pelos indivíduos envolvidos nesse período específico, conforme mencionado anteriormente.

Todo o acervo da Ação Católica Rural pode ser encontrado no Núcleo de documentos sobre os Movimentos Sociais Dênis Bernardes da Universidade Federal de Pernambuco (NUDOC - UFPE)¹⁵, 11 andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). A documentação está sendo aos poucos digitalizada e disponibilizada para o acesso, no entanto, as edições do Grito no Nordeste já estão quase todas disponíveis no repositório virtual, no site da universidade¹⁶.

No *Grito no Nordeste* é possível encontrar várias das reflexões que os camponeses fizeram, mas uma que vale menção é do método Ver-Julgar-Agir onde é possível interferir na realidade por meio de questões mais humanas do que divinas, numa linguagem menos religiosa e mais concreta. Dessa forma, aos poucos se criou condições para que as pessoas do campo tomassem consciência dos direitos que têm e das leis que reconheciam e garantiam que eles não fossem negligenciados, resultando aos poucos também em uma educação jurídica.

Esse método não foi criado por Dom Helder e nem é brasileiro. De acordo com Severino Silva, o método é de um padre belga Cardijn que se dedicou ao apostolado com os operários, criando a JOC (2014, p. 188). Ainda sobre isso afirma que

Seu método de análise da realidade - o VER a realidade, JULGAR a realidade a partir de textos do Evangelho e AGIR em decorrência da análise e julgamento, - e a sua atuação não foram vistos, inicialmente com simpatia pelo episcopado belga. Apenas com o reconhecimento do Papa Pio XI é que a Juventude Operária Católica veio a ser reconhecida pelos bispos belgas. Esse método de análise da realidade será utilizado pelos jovens da ação Católica e, com facetas diferenciadas pode ser encontrado nos movimentos eclesiais subsequentes (2014, p. 188-189).

A Ação Católica Rural foi um dos movimentos eclesiais que aplicou na prática esse método, criando uma chave de leitura e interpretação da realidade a partir dos evangelhos, resultando em um compromisso de ação com potencial para mudanças em busca de uma coerência daquilo que se professa enquanto religiosidade com aquilo que se vive enquanto vida real.

Iniciada em 1965 na Arquidiocese de Olinda e Recife, a ACR foi pensada por Dom Hélder para atender a população que vivia na zona rural. Para essa missão, ele fez o convite ao padre de nacionalidade francesa Joseph Servat que assumiu esse apostolado com os

¹⁵ É um Núcleo de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) criado em 2005 por professores e alunos dos Departamentos de História, Comunicação Social e Serviço Social da instituição; mais informações no Instagram @nudoc.ufpe.

¹⁶Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/16982>. Acesso em: 10 out. 2022.

campesinos inicialmente nos territórios arquidiocesanos, mas rapidamente se espalhou pelo nordeste brasileiro e chegando até outros estados fora dessa região.

Socorro Abreu e Lima no artigo *A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985*, escreve da seguinte forma sobre o objetivo de Pe. Servat já no início do movimento

Seu grande objetivo era promover a conscientização dos trabalhadores rurais por meio do evangelho a partir de uma análise da realidade existente no campo, levando-os a uma ação transformadora a ser definida pelos mesmos. O método usado pela Ação Católica foi aplicado inicialmente na Bélgica ainda nos anos 40 do século XX e ficou conhecido como a pedagogia do VER-JULGAR-AGIR. Ao ser aplicado pode-se partir de diferentes situações e ser desenvolvido a partir de variados matizes, porém apresenta alguns elementos essenciais conforme segue: ver um fato em seu conjunto, de forma ampla, verificando se é um fato isolado ou se existem outros idênticos; a quem este fato atinge; quais as causas materiais e morais do mesmo, bem como suas consequências. Num segundo momento, analisa-se o fato à luz do evangelho e, por fim, propõe-se uma reflexão sobre o que fazer diante dessa situação, procurando-se perceber o que isto significa em relação à própria vida (2019, p. 93).

O objetivo do padre Servat era ousado no contexto histórico dos primeiros anos do golpe militar, em que muitos outros movimentos católicos comprometidos com a conscientização de operários e trabalhadores rurais foram perseguidos e acusados de comunistas, o que dificultou o apostolado. Vale ressaltar que tanto a ACR quanto o padre Servat estavam ligados ao arcebispo Dom Helder Camara.

Do ponto de vista do governo militar, essa ligação tinha um lado muito bom porque dava uma certa autorização ao movimento para funcionar e se espalhar pelos lugares, levando aos mais vulneráveis uma esperança de que não estavam sozinhos na luta e nem estavam desassistidos num regime que não respeitava a dignidade das pessoas contrárias ou consideradas contrárias ao governo.

Do ponto de vista institucional, Servat não respeitou os limites territoriais e geográficos das dioceses. Rapidamente o movimento se espalhou por outros estados sem a necessidade de ter uma autorização dos bispos locais para o início das atividades nas suas respectivas circunscrições. É claro que levando em consideração o jeito da Igreja nos dias de hoje, com as orientações do Papa Francisco para combater o clericalismo e o abuso de autoridade da hierarquia religiosa, já era uma primeira experiência de liberdade e autonomia frente às burocracias e formalidades episcopais, mas, levando em consideração a época, o padre francês tinha autonomia “não oficiosa” frente a esses limites.

De todo modo, essa conscientização dos trabalhadores rurais por meio do evangelho com o objetivo de que eles mesmos se transformassem nos agentes transformadores foi importante porque a realidade em que se encontravam não correspondiam nem com a

dignidade de filhos de Deus, a mensagem do Evangelho, e nem a dignidade de pessoas humanas e cidadãs.

É por essa razão que inauguramos, com a ACR, uma terceira fase da Ação Católica visto que ela já não correspondia a uma AC submissa àquilo que o Papa Pio XI desejava na primeira fase e, muito menos, se conformava limitada aos bispos diocesanos ou à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil como era na segunda fase. Essas duas fases deixaram de herança para a terceira a atuação do leigo como papel importante e necessário, entretanto, nem submissa ao Papa e nem aos Bispos, mas com autonomia e liberdade para que a partir de uma conscientização transformadora, agir e mudar a realidade quando esta não respeitasse os direitos fundamentais das pessoas, e tudo isso sem uma atitude passiva frente às figuras da hierarquia da Igreja.

Pedro Silva, na dissertação *Ação Católica Rural: prática de um compromisso libertador em PE (1965-1979)* contribui para fundamentar a ACR como uma terceira fase da AC ao afirmar que “essa estrada percorrida ilustra mais do que o caminhar de um movimento, ela traz à tona a participação de pessoas comuns, que ousaram se organizar, denunciar e lutar por seus direitos. Na linguagem própria da ACR, se animar” (2012, p. 106).

Entretanto, vale salientar que essa luta não tinha como resposta rápida e imediata uma revolução, mas “uma ação transformadora a ser definida pelos mesmos” como mencionada anteriormente por Abreu e Lima. Isso quer dizer que, para Servat, a transformação viria a partir dos próprios camponeses, pouco a pouco, priorizando a formação de consciências em pequenos núcleos, a partir da realidade em que eles se encontravam.

Sobre essa realidade que os trabalhadores se encontravam, Page escreve numa primeira parte até a década de 1960 e depois, numa segunda parte, até meado da mesma década

Até a década de 1960, nenhum desses trabalhadores gozava de qualquer proteção legal efetiva, pois antes desse tempo as poucas leis que existiam em seu benefício nunca eram aplicadas. Como, na sua maioria, os trabalhadores do açúcar eram analfabetos, não podiam votar. Muito poucos tinham algum dinheiro para gastar com qualquer coisa, exceto o meramente necessário. Eles viviam, assim, além do alcance dos processos legais e políticos, e fora da economia monetária. No meado da década de 1960, a indústria do açúcar no Nordeste empregava cerca de 450.000 camponeses, enquanto mais de dois milhões eram dependentes da indústria para seu sustento (1972, p. 40).

Essa realidade não mudou com a virada de uma década, então não seria ousado afirmar que Servat ainda encontrou os trabalhadores rurais vivendo nessas condições. Segundo ele, em 1965, 70% da população no nordeste vivia na zona rural¹⁷ o que potencializou um campo

¹⁷ Jornal Grito no Nordeste. Ano I, no I: Jan/Mar 1967, p. 8.

de atuação da ACR de inúmeras formas, desde a alfabetização até a educação política e jurídica.

Como dissemos, a ACR foi um dos movimentos importantes que conseguiu driblar e resistir às iniciativas dos militares quando tentaram sufocar ou impedir seu funcionamento. No entanto, de acordo com Pedro Silva há uma lacuna historiográfica com produções sobre o tema

Na historiografia, há um respeitável conjunto de escritos que destacam as formas de organização e de lutas dos camponeses, bem como a ditadura militar e a Igreja Católica. No entanto, pouca ou quase nenhuma atenção foi dada à Ação Católica Rural. Sabemos que o objeto desses estudos anteriores não se fez a partir da ACR, por isso talvez se explique a lacuna (2012, p. 105).

Não é difícil encontrar essa lacuna da Ação Católica Rural na historiografia, e isso pode ser resultado de várias questões. Uma delas é a generalização no termo “Igreja Católica” quando se refere a movimentos e realidades eclesiais que compõem a Igreja Católica, com missões e postulados distintos, inclusive com a possibilidade de misturar setores com pensamentos opostos em um mesmo termo, tais como os grupos derivados de alas conservadoras ou progressistas.

É possível compreender tal motivo da lacuna historiográfica que não menciona a ACR como um dos movimentos fundados logo após o golpe militar e que resistiu todo esse período. Tânia Luca, por exemplo, em *Direitos Sociais no Brasil*, ao tratar dos direitos no campo relacionados com movimentos católicos, parte de 1975 e não menciona grupos católicos anteriores a esse período

No campo, onde a estrutura fundiária permanecia intocada, houve o ressurgimento da luta em prol da defesa do trabalhador rural. Data de 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para atuar nas questões agrárias, e de 1979 a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) (2003, p. 487).

Marco Antônio Cutiero Junior, na sua tese *A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão pastoral da terra no estado da Paraíba*, nos dá outro exemplo que também leva em consideração o ano de 1975 a partir da criação da CPT como marco da presença da Igreja nas áreas rurais

Antes do nascimento da CPT, atuação da igreja no campo, por meio de grupos e instituições, encontrava-se nas ações da Juventude Agrária Católica (JAC), no Movimento de Educação de Base (MEB) e na Pastoral Rural. Na verdade, quando em 1975 surgiu a CPT, a JAC encontrava-se inteiramente desarticulada em consequência de divisões internas e de forte repressão política aos seus militantes. Quanto a MEB, declinava de seus objetivos frente ao aumento do aparelho repressivo. No caso da Pastoral Rural, ela caminhava mais como apoio evangelizador do que como apoio político frente a uma gama de problemas que assolavam o homem do campo (2008, p. 148-149).

A Comissão Pastoral da Terra também foi essencial enquanto presença e ação pastoral na zona rural, entretanto, a ACR esteve presente desde meados da década de 1960 expressando compromisso cristão com a realidade (ABREU E LIMA, 2012, p. 182-183). Dessa forma, se torna um movimento importante para compreender diversos agentes e suas movimentações nesse período anterior ao marco da CPT.

O que diferencia a CPT da ACR é que a primeira é uma comissão fundada com reconhecimento da CNBB, orientada para dar uma resposta a problemas nacionais como à questão agrária, à ocupação da Amazônia, a rejeição aos grileiros e por isso, estava presente em todo território do país (CUTIERO JUNIOR, 2008, p. 153-161); enquanto a ACR estava mais ligada a sua sede em Recife e aos estados do Nordeste, orientada aos problemas presentes no mundo dos próprios trabalhadores rurais, em um ponto de vista mais regional, preocupada na formação do militante católico. São instituições que possuem objetivos e lugares diferentes.

Abreu e Lima comenta da seguinte forma sobre os motivos pelos quais a CPT é mais conhecida do que a ACR no meio acadêmico

A Ação Católica Rural [...] não é muito conhecida no ambiente acadêmico. Talvez por ter sido um movimento cujo foco era o meio rural e cuja atuação centrou-se basicamente no Nordeste do Brasil. Nos anos 70 e 80, apesar dos muitos casos de violência contra trabalhadores rurais nesta região, os choques entre os mesmos e os latifundiários no Norte e Centro-oeste do país assumiu tais proporções, inclusive envolvendo diretamente membros da Igreja Católica, que ficou muito mais conhecida a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que a da ACR. Tendo mudado seu nome posteriormente para Animação de Cristãos no Meio Rural, esse movimento teve importante papel na formação de várias lideranças do campo (2019, p. 90).

Embora nosso trabalho abranja o período de 1964 a 1969, que não corresponde a toda a duração das atividades da ACR, temos como objetivo e justificativa preencher uma lacuna na historiografia, principalmente nos primeiros anos após o golpe de 1964. Foi um período difícil para a maioria dos movimentos católicos envolvidos no apostolado de conscientização e luta por direitos, que foram perseguidos e até suprimidos.

De todo modo, sobre o cenário dos primeiros anos que se seguiram o golpe e o retrocesso acerca das conquistas dos direitos até então, Luca descreve da seguinte forma

Os direitos sociais sofreram alterações significativas durante a ditadura militar. No que diz respeito aos salários, condições de vida, direitos de organização e manifestação, não há dúvidas quanto ao retrocesso. As centrais sindicais e as ligas camponesas foram proibidas, 87 dirigentes tiveram seus direitos políticos cassados entre 1964 e 1966. Mais de 400 entidades sofreram intervenção pouco depois do golpe. As prescrições da CLT, que previam estrito controle governamental sobre os sindicatos, foram aplicadas à risca, transformando-os em meros prestadores de serviços sociais e de lazer. O reajuste dos ganhos, por força da Lei 4.725, de 1965, passou a ser determinado pelo governo, que subordinou a questão ao combate à inflação e a promoção do crescimento econômico. A política salarial não era, assim,

posta a serviço do bem-estar social, mas manejada como instrumento monetário, subordinada ao crescimento global da economia. Os dados a respeito da saúde, mortalidade infantil, educação, infraestrutura urbana, habitação e distribuição de renda indicam que, apesar dos índices favoráveis do Produto Interno Bruto (aumento médio de 10% entre 1968 e 1973), aprofundou-se ainda mais a desigualdade social e a concentração da riqueza no país (2003, p. 484).

Com esse cenário é possível não ter dúvidas acerca da importância de um movimento como a Ação Católica Rural como um instrumento necessário e com eficácia junto aos trabalhadores rurais, desalienando-os de um conformismo, ajudando-os por meio do método Ver-Julgar-Agir a realidade injusta que os circuncidavam e de como, com o apoio do próprio movimento criar mecanismos de resistência, luta, reivindicação e, aos poucos, transformação.

França e Silva, no artigo *“Despertar os leigos para uma ação no campo”*: um grito no Nordeste por direitos (1967), escreveram sobre a importância da ACR à luz da Constituição de 1988

A Ação Católica Rural - ACR - é um exemplo dentre muitos desses movimentos que, se levarmos em consideração uma interpretação pós Constituição de 1988, anteciparam a importância de conscientizar e formar as pessoas vulneráveis na luta por seus próprios direitos sem usar, nesse período, termos como cidadania e/ou cidadão (2023, p. 95).

A Constituição de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, congregou em seu texto muitas das demandas e reivindicações que foram assumidas anteriormente por diversos setores afetados pelo regime militar, incluindo a luta por direitos civis. É importante ressaltar que, embora a Ação Católica Rural tenha antecipado a importância de conscientizar e formar as pessoas vulneráveis na luta por seus próprios direitos, naquele período, os termos 'cidadania' e/ou 'cidadão' não eram amplamente utilizados para descrever essa luta. A promulgação dessa constituição foi um marco importante, fornecendo um mínimo de garantia formal para esses direitos.

Ainda assim, essa formalização não pode ser vista como finalidade, mas como meio para que os direitos sejam preservados e celebrados. Viver consciente e comprometido no cenário da ditadura militar foi custoso para muitos, que lutaram por respeito e dignidade humana. Desses, um número ainda subnotificado pagou com a própria vida (mortos e/ou desaparecidos).

A Constituição de 1988 foi importante na formalização dos direitos reivindicados nas lutas e demandas de diversos agentes no período pós 1964. Leonilde Medeiros no artigo *O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil* escreve

No que se refere aos trabalhadores, intensificou-se sua diferenciação. Resistências localizadas e pouco visíveis se transformaram em contestações públicas, que marcaram o início dos anos 1980: ocupações e reocupações de terra, expressando o desejo de reconquista das terras perdidas; resistência a mudanças trazidas pela

transformação de áreas de floresta em pastagens; greves de assalariados reclamando seus direitos, mobilizações de pequenos agricultores questionando os contratos com a agroindústria; iniciativas diversas de construir cooperativas de pequenos agricultores, distintas das cooperativas empresariais; busca de ampliação de direitos, entre os quais os previdenciários; mobilização de mulheres trabalhadoras; enfim, o aflorar de um conjunto de demandas que em parte foram incorporadas na Constituição de 1988, em parte permaneceram como promessas (2019, p. 234)

Nas edições do Grito no Nordeste é possível identificar e acompanhar o quanto dessas demandas foram sendo incorporadas nas reflexões dos camponeses e de como foram amadurecendo em consciência de si e da comunidade, do seu entorno no micro e no macro, dos seus deveres e dos seus direitos. Embora seja de fabricação muito artesanal, ainda mais nesse período inicial que escolhemos, de 1964 a 1969, é uma fonte rica para compreender todo esse processo rural que foi surgindo e amadurecendo.

A AÇÃO CATÓLICA RURAL E OS DIREITOS HUMANOS (1965-1969)

A Ação Católica Rural foi um movimento que teve uma atuação significativa durante um período considerável. Originado na cidade de Recife em 1965, o movimento resistiu e enfrentou os desafios impostos pela ditadura civil-militar que teve início com o golpe de 1964. Com o processo de abertura e redemocratização, o movimento gradualmente foi se dissipando, e muitos de seus membros passaram a integrar partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁸ e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)¹⁹.

Embora nosso recorte seja de 1965 a 1969, é importante compreender o início e o fim, assim como a origem e o declínio do movimento, a fim de justificar nossa escolha de aprofundar esses anos iniciais. Seguindo a perspectiva de leitura proposta pelo próprio Padre Servat, a história da ACR pode ser dividida em três fases: a primeira corresponde aos “começos esperançosos”, de 1965 a 1969; a segunda fase engloba os “duros amadurecimentos”, de 1969 a 1974; e a terceira fase abrange os “sinais de abertura”, de 1974 a 1986²⁰.

De acordo com Socorro de Abreu e Lima em *A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985*, essa primeira fase “trata da criação do movimento, do apoio recebido por parte de seminaristas e estudantes, da formação de grupos e equipes, dos encontros regionais ou mesmo nacionais (2019, p. 96-97). Esse recorte inicial se torna importante para compreender a forma como o movimento foi construído diante da realidade enfrentada por Servat nos primeiros anos, que coincidiram com o início da ditadura.

¹⁸ O PT foi fundado em 1980 como um partido de centro-esquerda no Brasil, com uma plataforma política que defende princípios de justiça social, igualdade e inclusão. Ao longo de sua história, o partido obteve vitórias significativas em eleições presidenciais, conquistando a presidência do país em cinco ocasiões: 2002, 2006 e 2022 com Lula da Silva, e 2010 e 2014 com Dilma Rousseff. Além dessas vitórias presidenciais, o PT também elegeu governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores em várias regiões do Brasil. Essas conquistas ocorreram em um contexto político desafiador, no qual o partido enfrentou críticas, controvérsias e diferentes interpretações de sua atuação governamental. No entanto, o PT permaneceu como uma das principais forças políticas do país, influenciando o cenário político nacional e participando ativamente do debate público sobre questões sociais e econômicas.

¹⁹ O PMDB (1980-2017), originalmente conhecido como Partido do Movimento Democrático Brasileiro, foi fundado como um partido de oposição à ditadura militar que governou o Brasil por mais de duas décadas. Após a redemocratização do país, o partido se consolidou como uma importante força política e se tornou um “guarda-chuva” de ideologias diversas, abrigando diferentes correntes políticas e representando uma ampla coalizão de interesses. Ao longo de sua história, o PMDB teve papel fundamental na política brasileira, sendo o partido dos ex-presidentes da república Tancredo Neves (eleito em 1985, mas não empossado devido a problemas relacionados à saúde), José Sarney (1985-1990), Itamar Franco (1990-1992) e Michel Temer (de 2016 a 2018, empossado após o impeachment de Dilma Rousseff). Em 2017, o partido passou por uma mudança de nome e se tornou Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mantendo sua posição como uma das principais forças políticas do país.

²⁰ Um grito no Nordeste: a experiência da ACR no Brasil - 1956 a 1986, p.10. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

Antônio Montenegro, após entrevistar o religioso sobre sua história de vida, missão e atuação como missionário, escreveu em *Travessias: padres europeus no nordeste do Brasil (1950-1990)* sobre esses primeiros anos de Servat, a missão pré-estabelecida que recebeu de Dom Helder e o choque com a realidade ao chegar num país onde desconhecia a situação em que as pessoas se encontravam (2019, p. 51).

É importante ressaltar que a missionariedade de padres europeus nesse período não se iniciou com a saída de Servat da França. Ele estava inserido em um contexto de padres enviados para trabalhar na África e, posteriormente, a América Latina também foi incluída como território prioritário após o medo de que o comunismo avançasse, principalmente após os acontecimentos cubanos de 1958. Severino Silva em sua tese *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife* afirma:

O sentimento de medo ante um possível avanço do comunismo sobre o continente católico não era apenas de Dom Carlos Coelho, e provocou um redimensionamento dos programas missionários da Igreja, logo no início do pontificado de João XXIII [...] Assim, parte não pequena de sacerdotes e freiras que iriam para a África, veio para o Brasil, tendo algum deles vindo nesse período, para a Arquidiocese (2014, p. 161).

Nessa citação é possível identificar o arcebispo Dom Carlos Coelho²¹, antecessor de Dom Helder, que já tinha uma preocupação em acolher esse missionários com o objetivo descrito acima, de interromper e barrar o suposto avanço do comunismo. Isso só foi possível porque esses homens e mulheres aceitaram essa missão específica que estava explícita na encíclica *Fidei Donum*, convocando-os para combater principalmente o comunismo, mas também o protestantismo e o espiritismo (MONTENEGRO, 2019, p. 42-43).

De todo modo, é importante destacar que essa não foi a preocupação de Dom Helder ao convidar o padre Servat como missionário na Arquidiocese de Olinda e Recife. A carta *Fidei Donum*²² facilitou a vinda desses estrangeiros ao país, concedendo-lhes uma autorização específica para realizar a missão assumida. Como mencionado anteriormente, o arcebispo já tinha em mente uma missão específica para o padre Servat, que consistia na criação da Ação Católica Rural no Brasil, iniciando em Recife.

Pedro Silva na sua dissertação *Ação Católica Rural: prática de um compromisso libertador em PE (1965-1979)* reconhece a importância de Servat no movimento, mas alerta para o cuidado de não confundí-lo com o fundador da ACR, visto que a ideia da criação surge a partir da visão de Igreja que Dom Hélder tinha e da necessidade de formar um laicato

²¹ Dom Carlos Gouveia Coelho foi arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife de 1960 a 1964.

²² PAPA PIO XII, promulgada em 21 de abril de 1957| Vatican.va. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_21041957_fidei-donum.html

composto por pessoas que viviam e transitavam nas zonas rurais do nordeste brasileiro (2012, p. 114-115).

Ainda assim, é importante não esquecer que Servat ao chegar no Brasil se comprometeu com a luta e a defesa dos direitos humanos, distinguindo-o dos objetivos diferentes dos padres que assumiram completamente a missão da *Fidei Donum*, esses com uma presença mais atrelada à ideia de civilização e colonização europeia (MONTENEGRO, 2019, p. 51-52). Nesses primeiros anos no Nordeste, a ACR foi construída com esperança, mesmo estando situada em um contexto de pós golpe, mas que teve a colaboração de leigos, outros religiosos e seminaristas. Essa esperança deu lugar para “os duros amadurecimentos” a partir do Ato Institucional 5 (AI-5)²³, em dezembro de 1968.

Visto que Servat é um padre, com formação filosófica e teológica, com prática na formação cristã de outras pessoas, seja por pregações, catequeses e elaboração de material formativo, a Teologia esteve presente inseparavelmente de seu modo de proceder, discursos e ações, por isso, ele primeiro anunciou os direitos divinos, estes que contemplam todos os filhos de Deus, segundo a doutrina cristã, para se chegar aos direitos humanos. Kenneth Serbin, na obra *Padre, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*, afirma que uma das vocações do padre é se empenhar na construção de uma sociedade mais justa (2008, p. 19).

A base que fundamenta a discussão sobre os 'direitos divinos' neste trabalho encontra seu alicerce na Doutrina Social da Igreja (DSI), que é parte integral do ensinamento da Igreja Católica. Ela oferece orientações sobre como os princípios cristãos se aplicam a questões sociais, econômicas e políticas, enfatizando a dignidade intrínseca de cada ser humano, a solidariedade entre as pessoas, a justiça social e outros valores que se relacionam diretamente com a promoção dos direitos humanos. Assim, ao explorar os 'direitos divinos,' entendemos que eles são examinados à luz dessa tradição, que busca promover a justiça social, a dignidade humana e o bem comum.

²³ O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi um decreto promulgado em dezembro de 1968 durante o regime militar no Brasil. Esse ato conferia ao governo amplos poderes de repressão, suspendendo garantias constitucionais, suprimindo direitos civis e políticos e aumentando a censura e a perseguição política. O AI-5 marcou um período de intensificação da repressão e do autoritarismo no país, tendo impacto significativo na sociedade e na vida política brasileira durante os anos subsequentes.

Esse documento que tem raízes na encíclica papal *Rerum Novarum*²⁴, emitida pelo Papa Leão XIII²⁵ em 1891, como resposta às preocupações sociais e econômicas resultantes da Revolução Industrial. Ao longo do século XX, outros papas contribuíram para o desenvolvimento da DSI, emitindo encíclicas e documentos que abordam questões contemporâneas, como justiça social, direitos humanos e responsabilidade social, tendo como objetivo orientar os fiéis católicos e a sociedade em geral sobre como lidar com questões sociais à luz dos ensinamentos da Igreja e dos princípios cristãos, desempenhando um papel significativo na promoção da dignidade humana, na defesa dos mais vulneráveis e na busca por um mundo mais justo e solidário.

Tomar consciência, para o católico, de que se é “filho de Deus”, “irmão de Jesus”, “filho de Maria” se tornou um passo importante na vida das pessoas que viviam nas zonas rurais e que frequentavam a ACR de algum jeito. A mudança aconteceu em virtude de uma evangelização rural que foi capaz de despertar leigos de um sono profundo, ajudando-os a tomar consciência de que são filhos de Deus e de que são cidadãos, com direitos e deveres. A conformidade se tornou uma atitude não cristã, e a reivindicação por dignidade se deu no âmbito pessoal, familiar, nas relações sociais e de trabalho (FRANÇA; SILVA, 2023, p. 99-100).

A DSI enfatiza a dignidade intrínseca de cada ser humano ao lembrar que na tradição cristã todos foram criados à “imagem e semelhança de Deus”, característica importante para todos os fiéis cristãos, como se pode ler na narrativa da criação no livro do Gênesis (1, 26-27)²⁶. Esse reconhecimento da dignidade humana é fundamental para a compreensão dos direitos humanos, uma vez que sustenta a ideia de que todos os seres humanos têm direitos inalienáveis e fundamentais. Na citação a seguir encontramos, no parágrafo 5, questionamentos atuais com o objetivo de comprometer o fiel católico a não ficar indiferente frente à privação desses direitos

[...] Tantos irmãos necessitados estão à espera de ajuda, tantos oprimidos esperam por justiça, tantos desempregados à espera de trabalho, tantos povos esperam por respeito: «Como é possível que ainda haja, no nosso tempo, quem morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem viva privado dos cuidados médicos mais elementares, quem não tenha uma casa onde abrigar-se? E o cenário da pobreza poderá ampliar-se indefinidamente, se às antigas pobreza acrescentarmos as novas

²⁴ *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários (15 de maio de 1891) LEÃO XIII. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 10 out. 2023.

²⁵ Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci-Prosperi-Buzzi, de nacionalidade italiana, foi o 256º Papa da Igreja Católica Apostólica Romana adotando o nome de Leão XIII com pontificado que durou de 1878 a 1903 (25 anos).

²⁶ Genesis - PO. Vatican.va. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/bible/genesis/documents/bible_genesis_po.html. Acesso em: 11 out. 2023.

que freqüentemente atingem mesmo os ambientes e categorias dotadas de recursos econômicos, mas sujeitos ao desespero da falta de sentido, à tentação da droga, à solidão na velhice ou na doença, à marginalização ou à discriminação social. [...] E como ficar indiferentes diante das perspectivas dum desequilíbrio ecológico, que torna inabitáveis e hostis ao homem vastas áreas do planeta? Ou em face dos problemas da paz, freqüentemente ameaçada com o incubo de guerras catastróficas? Ou frente ao vilipêndio dos direitos humanos fundamentais de tantas pessoas, especialmente das crianças?

É por isso que escolhemos essa temporalidade inicial de 1965 a 1969 porque contempla o contexto inaugurado com o golpe de 1964, a chegada de Dom Helder Camara como arcebispo de Olinda e Recife também em 1964, os primeiros passos e as primeiras articulações da ACR a partir de 1965 e a criação do *Grito no Nordeste* como um dos primeiros frutos dessa experiência. Poderíamos abordar muitos outros elementos para enriquecer nosso recorte temporal, mas esses já contemplam nosso trabalho naquilo que Servat chamou de “os começos esperançosos”.

São muitos os documentos possíveis da ACR para investigar esse período que nos propomos, tais como relatórios, atas, correspondências, desenhos, fotografias e até músicas, mas escolhemos por fontes os números correspondentes do boletim *Grito no Nordeste*, iniciado em 1965, de publicações trimestrais, com formações e atualizações importantes e necessárias para as pessoas ligadas a Ação Católica Rural (SILVA, 2012, p. 158-159; ABREU E LIMA, 2018, p. 90-91).

O próprio padre Servat comentou sobre esse jornal na entrevista que concedeu a Antônio Montenegro

Em 1967, lançamos um boletim com a intenção de ressaltar a expressão do movimento e, ao mesmo tempo, acompanhar os acontecimentos da vida do meio rural do Nordeste e do Brasil; teve como título *Grito no Nordeste*. Nasceu de uma pesquisa baseada nas necessidades do povo, um povo passivo. Ninguém consulta e se preocupa com ele. Era necessário um grito, e este boletim grita até o presente (2019, p. 259).

Essas publicações resistiram e driblaram todo o período que correspondeu ao governo dos militares, a abertura e a redemocratização, chegando até os anos 2000, como é possível ver na página principal do repositório virtual do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco Dênis Bernardes da UFPE.²⁷ Essa longevidade e continuidade fazem do jornal uma importante fonte de pesquisa para investigar a história e as transformações da Ação Católica Rural ao longo dessas décadas, oferecendo informações significativas sobre os acontecimentos do meio rural do Nordeste e do Brasil, bem como sobre as necessidades e preocupações do povo. Através das suas páginas, é possível acompanhar as

²⁷ Disponível em <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/16984>. Acesso em Maio de 2023.

vozes e os gritos daqueles que muitas vezes são ignorados e negligenciados, proporcionando uma perspectiva única sobre a vida e as lutas dessa comunidade.

Embora seja impossível esgotar o conteúdo das edições e os números do *Grito no Nordeste*, neste trabalho focamos no modo como os direitos humanos foram trabalhados por meio da linguagem teológica e da conscientização dos direitos divinos. Como já dissemos, Servat não tinha a pretensão de estimular a curto prazo uma revolução, mas a ideia de formar nos leigos uma mentalidade geradora de consciência e autonomia.

São 10 números que contemplam esse recorte temporal, no entanto, o boletim de número 6 não está disponível no site do repositório. Quanto ao número 10, por ser o ano que marca o fim de uma temporalidade dividida por Servat e ao mesmo tempo o ano que inicia outra, escolhemos utilizá-lo até as informações anteriores ao AI-5, possibilitando futuras pesquisas e continuidade de investigação acadêmica que aprofunde “os duros amadurecimentos, de 1969 a 1974”.

Ao escrever sobre o *Grito no Nordeste* enquanto fonte histórica, Pedro Silva afirma que

Essas fontes apresentam uma série de fatores envolvendo os órgãos classistas e políticos dos trabalhadores, bem como peculiaridades do seu cotidiano. De fato carregam informações que dificilmente são objetos de análises dos jornais corporativistas, que dependem da venda de publicidade em suas páginas para poderem se manter (2012, p. 158).

O primeiro ano de publicação inicia inspirado no tempo da Páscoa celebrado pelos cristãos, mas em especial, dentro do calendário litúrgico da Igreja Católica. De acordo com Servat, o tempo era propício para confrontar a ressurreição de Jesus, centro da fé cristã, com a vida de um povo parada, sendo isso símbolo de uma condenação e do inferno, em uma terra que foi criada por Deus para seus filhos, onde pessoas redimidas por Cristo viviam nessa contradição²⁸.

Arelado a Páscoa, a carta encíclica *Populorum Progressio* (1967) do Papa Paulo VI contribuiu no estímulo da criação do Grito no Nordeste, visto que em seu conteúdo o líder maior da Igreja relacionou a ressurreição de Cristo com o desenvolvimento dos povos em um âmbito universal²⁹ e isso repercutiu nos microespaços onde a ACR se encontrava, que são os pequenos grupos de base das zonas rurais do nordeste brasileiro. Severino Silva afirma que com esse documento o Papa quis mostrar “o cuidado que a Igreja tem por seus filhos, naquela

²⁸ Jornal Grito no Nordeste. Ano I, n. 1: Jan/Mar, 1967, p. 7.

²⁹ Papa Paulo Vi no parágrafo 15 da *Populorum Progressio* (26 de março 1967) | Vatican.va. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html.

imagem de estar atento aos sinais dos tempos e às alegrias e esperanças do homem” (2014, p. 165).

O Papa, de acordo com o texto de Servat, define o desenvolvimento como uma vocação, um direito, um dever pessoal e comunitário que não podem ser vistos separadamente. Por exemplo, para se chegar ao desenvolvimento econômico é preciso em primeiro lugar do desenvolvimento social e, para isto, é necessário se comprometer com uma educação básica de qualidade e o direito de todos de trabalhar na terra.

A falta de compromisso com uma educação básica de qualidade tem consequências significativas, como a manutenção de altas taxas de analfabetismo e a perpetuação de desigualdades sociais. O analfabetismo limita o acesso ao conhecimento, restringe oportunidades de emprego e dificulta o desenvolvimento pessoal e social. Além disso, a concentração da propriedade privada nas mãos de poucos gera a expropriação dos mais pobres e vulneráveis, aumentando os índices de miséria. (SERVAT, 1967, p. 10).

A ausência do direito de trabalhar na terra contribui para a exclusão socioeconômica dessas pessoas, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade. Essas questões estão intrinsecamente ligadas ao tema central deste trabalho, que busca compreender o desenvolvimento dos povos. É necessário destacar a importância de investimentos em educação de qualidade e a necessidade de políticas que promovam a redistribuição da propriedade para enfrentar esses desafios e buscar um desenvolvimento mais justo e equitativo.

O próprio nome do boletim, *Grito no Nordeste*, faz alusão a mesma ação do profeta João Batista que se encontra no deserto e grita porque o salvador já está próximo. No artigo *Um “Grito no Nordeste” brasileiro de 1967: os direitos humanos e divinos por meio da Ação Católica Rural* escrevem sobre os profetismos

[...] o grito, desta vez, não é apenas na figura isolada do profeta [mas], surgem outras pessoas que gritam, outras motivações para gritar, gente de todas as idades, crianças, homens e mulheres, os maltratados e injustiçados. Gritar faz parte da vida, e vida plena. É por meio do grito que todos assumem também o papel de profetas e profetisas. O profeta deixa de ser uma figura mitológica que existiu no tempo de Jesus, e passa a ter função de proclamar o direito que todos têm de participar da vida plena, da ressurreição de Jesus, da vitória e libertação de Cristo sobre a morte e o pecado, situados na realidade e no tempo presente (FRANÇA; SILVA, 2022, p. 254).

No grito do Nordeste, não encontramos oráculos nem figuras mitológicas, mas sim o grito fruto de uma consciência desperta. Através de uma evangelização comprometida com o despertar das pessoas, elas se recusam a se conformar com uma vida sem as garantias mínimas de dignidade. Como filhos de Deus, irmãos de Jesus e participantes da ressurreição

que redime a terra do pecado e da escravidão, elas aspiram a uma vida plena, em que a dignidade seja preservada e a redenção seja uma realidade presente.

Antes de adentrarmos ao estudo do primeiro ano do boletim Grito no Nordeste, é importante destacar a relevância da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. A DUDH é considerada um marco histórico na garantia e promoção dos direitos fundamentais de todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, etnia, gênero ou religião. Ela estabelece, em seu texto, princípios que abrangem uma ampla gama de direitos, incluindo o direito ao trabalho justo e digno, a proteção contra o desemprego e a remuneração satisfatória para garantir uma vida condizente com a dignidade humana.

A DUDH é outra fonte importante para o presente trabalho, pois servirá como referência para a análise das situações denunciadas no boletim Grito no Nordeste, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos violados no contexto abordado. Composta por um total de 30 artigos, ela abrange uma ampla gama de direitos e liberdades fundamentais. A partir de agora, serão utilizados alguns dos artigos dessa declaração como base para a análise das violações denunciadas no boletim. Ao recorrer aos seus princípios estabelecidos, buscamos elucidar a importância dos direitos fundamentais e destacar as violações que ocorreram no contexto abordado pelo jornal.

No primeiro ano do boletim, alguns exemplos contemplam essa mudança de dormidos para despertados, de inconscientes para conscientes, e, numa ousadia, poderíamos até chamar de conversão ao saírem do anonimato expondo as situações incoerentes em que se encontram.

Há anos que João recebe um salário incompleto e atrasado, que sua família morre de fome no casebre; sem roupa, sem escola, que um povo inteiro de pobres, na indiferença geral, é destruído fisicamente e moralmente, no medo de permanecer e no afastamento de toda responsabilidade pela avareza ou inconsciência de uma classe possuidora da riqueza e do bem estar ³⁰.

Nesse primeiro exemplo de João é possível identificar um grito de denúncia a uma realidade complexa onde vários dos direitos humanos são negligenciados, como o direito de receber um salário coerente. A Declaração Universal dos Direitos Humanos contempla essa questão no artigo 23 ao afirmar nos parágrafos 1º e 3º que “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego” e “Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social”.

³⁰ Jornal Grito no Nordeste. Ano I, n. 1: Jan/Mar, 1967, p. 6.

Nesse contexto, a falta de um salário adequado afeta negativamente a vida de João e de sua família, comprometendo sua dignidade e sua capacidade de viver uma vida condizente com seus direitos fundamentais. Além do direito à remuneração justa, outros direitos humanos também podem estar sendo violados nessa situação, como o direito à alimentação adequada e o direito à moradia. Essa realidade expõe a necessidade de uma conscientização e ação em prol da garantia desses direitos, visando à construção de uma sociedade mais justa.

Salários atrasados e incompletos não era um caso isolado entre os trabalhadores rurais do nordeste brasileiro. Socorro Abreu e Lima, na sua tese *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos*, escreve que “em toda a zona da Mata, porém, os moradores, os trabalhadores rurais, ex-escravos ou seus descendentes recebiam, no início do século XX, salários irrisórios, ainda mais quando o preço da cana baixava” (2012, p. 34) denunciando assim que a situação também não era nova.

A complexidade dessa situação reside no fato de que ela extrapola a vida individual, afetando não apenas a pessoa em questão, mas também sua família e as relações sociais e de trabalho. Como resultado, esse ciclo vicioso impede a quebra desse padrão e acaba resultando em uma vida indigna, marcada pela pobreza, fome, falta de acesso à educação e à falta de oportunidades de desenvolvimento propostas pelo Papa na encíclica *Populorum Progressio*.

O segundo caso é o de Severino e sua pequena comunidade de vizinhos que foram obrigados a deixar a terra, a casa e o sítio

Severino e seus vizinhos tinham um sítio, cultivavam a sua rocinha, pagavam fôro... Eles como centenas de outros tem que sair, deixar terra e casa muito breve sem nenhuma indenização para que o dono venda ou coloque gado. Mesmo se eles resistirem não poderão enfrentar as ameaças dos poderosos que parecem estar acima das leis de Deus e dos homens. Famintos estes vão continuar procurando terra e trabalho no campo, ou aumentando o número dos marginalizados nos bairros das cidades ³¹.

Já nesse segundo exemplo, a denúncia é de que as pessoas foram expulsas do local em que viviam para possivelmente dar lugar ao gado. No artigo 17, parágrafo 1º, a DUDH defende que “Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros”, mas o que se viu na realidade era que a terra tinha “donos” e esses proprietários concentravam em torno de si grandes extensões no campo.

A expropriação também se tornou um problema citado pelo Papa na encíclica como uma barreira ao desenvolvimento porque gera desemprego para os trabalhadores rurais, fome e miséria. Com a expulsão, grande parte dessas pessoas migraram para as periferias dos centros urbanos. Abreu e Lima também escreve que essa questão da violência “era comum

³¹ Jornal Grito no Nordeste. Ano I, n. 1: Jan/Mar, 1967, p. 6.

nos engenhos e as injustiças, constantes. Camponeses foram expulsos sem nada receber e suas plantações destruídas” (2012, p. 36).

Esses proprietários que expulsavam as pessoas não levavam em consideração nem as leis dos homens e nem as leis de Deus, por isso a importância da evangelização rural que conscientizava àquelas pessoas de estarem sendo negligenciadas duas vezes, podendo apelar tanto pelas “leis dos homens” quanto pelas “leis de Deus”, desmistificando de que nem os proprietários estavam acima dessas leis, mas abaixo delas.

Esses dois casos são contemplados pelo parágrafo 250, da DSI, da seguinte forma

Para tutelar esta relação essencial entre família e trabalho, um elemento a estimar e salvaguardar é o salário-família, ou seja, um salário suficiente para manter e fazer viver dignamente a família. Tal salário deve também permitir a realização de uma poupança que favoreça a aquisição de uma certa propriedade, como garantia de liberdade: o direito à propriedade é estreitamente ligado à existência das famílias, que se põem ao abrigo da necessidade também graças à poupança e à constituição de uma propriedade familiar. Vários podem ser os modos para concretizar o salário familiar. Concorrem para determiná-lo algumas importantes medidas sociais, como os abonos familiares e outros contributos para as pessoas que dependem da família, como também a remuneração do trabalho doméstico de um dos genitores.

Os casos de João e sua família, bem como o de Severino e seus vizinhos, ilustram vividamente as desigualdades e desafios enfrentados por famílias em situações de extrema carência. João e sua família lutaram para sobreviver com um salário insuficiente e atrasado, enquanto Severino e seus vizinhos foram forçados a deixar suas terras, sem indenização, devido a interesses econômicos. A necessidade de um salário digno, como discutido na DSI, é evidenciada por essas histórias, pois reflete a busca por justiça social e pela manutenção da dignidade das famílias em face de adversidades econômicas.

Por fim, o terceiro caso escolhido das publicações de 1967 é a história de Maria do Carmo, mulher, que tem vergonha de si por não ter tido instrução e ser pobre

Maria do Carmo tem vergonha de se apresentar: descalça e de roupas rasgadas, ela não gosta de falar. Desassombrada, disse que ela também os outros jovens com os pais gostariam muito de saber ler, escrever, de poder se desenvolver, viver uma vida mais humana... Mas não tem dinheiro para comer, comprar roupa, pagar uma professora que não pode viver com os cinco mil cruzeiros novos pagos pelo município todos os meses ³².

Esse terceiro caso traz o exemplo de uma mulher que não teve o acesso à formação e isso fere o artigo 26 da DUDH que defende no parágrafo 1º o direito à instrução a todas as pessoas de forma “[...] gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito”.

³² Jornal Grito no Nordeste. Ano I, n. 1: Jan/Mar, 1967, p. 6.

Mais uma vez, a pobreza e a fome aparecem associados juntamente com a falta de uma educação básica que poderia ter oferecido meios para se vencer essa situação, confirmando a fala do Papa citada anteriormente que aponta barreiras no desenvolvimento dos povos enquanto um projeto que deve ser assumido também pelos ricos e poderosos do mundo. Enquanto existir analfabetismo, miséria e fome, esses indicadores não serão favoráveis ao desenvolvimento econômico do mundo.

Embora o fragmento mencione uma mulher, a Maria do Carmo, ela também não foi um caso isolado, mas no campo a situação das mulheres não era novidade, e sobre isso Abreu e Lima escreve

A situação geral da mulher no campo [...] era de total dependência. Se casada, tinha muitos filhos e era sustentada pelo marido (o que, de resto, era norma mesmo para a mulher da cidade). Se viúva, podia ser expulsa do engenho com os filhos. De um lado, entende-se que o patrão deseje o imóvel desocupado para colocar nova família. De outro, considerando-se a preocupação em tirar do engenho a moça desvirginada, pode-se inferir sua visão sobre a mulher respeitável e, portanto, digna de viver em suas terras: aquela que não pudesse ter uma vida sexual autônoma fora dos quadros do matrimônio (2012, p. 36).

Além de viver toda a dificuldade que já existia por ser campesina, pobre e sem o acesso a uma educação básica de qualidade, a mulher tinha que se conformar diante das exigências de sua condição como solteira, casada ou viúva, sempre correndo risco de ser violada ainda mais caso a solteira virgem perdesse a virgindade fora do matrimônio ou a casada se tornasse viúva.

Sobre a questão de gênero, a DUDH também contempla em seu texto ao afirmar no início, artigo 2, parágrafo 1º que “todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie” e continua “seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

Embora hoje sejam encontradas preferências por menções ao termo "gênero" em vez de "sexo", é importante notar que esse da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, não tinha a intenção de criar uma distinção entre homens e mulheres com base em gênero. Naquela época, as discussões sobre "gênero" não estavam tão avançadas como são nos dias de hoje, e a diferenciação no termo "sexo" atendia às necessidades da maioria das pessoas.

No contexto atual, o uso do termo "gênero" é mais abrangente, abordando as desigualdades e discriminações não apenas com base em características biológicas, mas também em papéis, expectativas e normas sociais atribuídas a homens e mulheres. Essa mudança reflete os avanços nas discussões sobre igualdade de gênero e inclusão.

No entanto, é importante ressaltar que os princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos permanecem válidos e aplicáveis a todas as pessoas, independentemente do termo específico utilizado para abordar as questões de gênero. A Declaração tem como objetivo garantir a igualdade e a dignidade de todos os seres humanos, e sua interpretação e aplicação devem levar em consideração o contexto histórico e social em que foi redigida, bem como as mudanças e avanços subsequentes na compreensão dos direitos humanos.

Nos números do *Grito no Nordeste* é possível encontrar espaço para as mulheres denominado de “Página Feminina” onde as participantes do movimento tinham vez e voz para escreverem, se comunicarem e articularem, não criando uma separação, mas mostrando forças e se unindo enquanto membro importante das comunidades, com direito a fala e reivindicações necessárias³³. Pedro Silva, sobre essa seção, escreve

O jornal chegou a ter uma Página Feminina, que trazia desde receitas até reflexões sobre problemas do trabalho produtivo das mulheres (dificuldades, questões salariais, etc.) [...] denúncias a respeito da esterilização de mulheres do campo, o que, segundo o jornal, era apoiado por alguns sindicatos. Na época havia uma discussão sobre a necessidade de se diminuir as famílias muito grandes, particularmente no Nordeste, o que era apontado como causa da miséria em que essas famílias se encontravam (2012, p. 159-160).

Acerca da esterilização das mulheres o jornal traz, na escrita de Paulo Correia da Silva, uma denúncia importante porque essa pauta evidencia a tentativa de culpá-las como responsáveis pela miséria, justificando as famílias numerosas como o principal motivo, esquivando o governo de assumir e enfrentar os reais problemas que davam origem e manutenção a essa estrutura que favorecia os ricos e os grandes proprietários de terra³⁴.

A DSI também dedica, no parágrafo 295, a defesa de que as mulheres têm direitos, e esses precisam de reconhecimento e garantias, como

O gênio feminino é necessário em todas as expressões da vida social, por isso deve ser garantida a presença das mulheres também no âmbito do trabalho. O primeiro e indispensável passo em tal direção é a concreta possibilidade de acesso a uma formação profissional. [...] A persistência de muitas formas de discriminação ofensivas da dignidade e vocação da mulher na esfera do trabalho é devida a uma longa série de condicionamentos penalizantes para a mulher, que foi e ainda é « deturpada nas suas prerrogativas, não raro marginalizada e, até mesmo, reduzida à escravidão». Estas dificuldades, lamentavelmente, não estão superadas, como bem mostram por toda parte as várias situações que aviltam as mulheres, sujeitando-as também a formas de verdadeira e própria exploração. A urgência de um efetivo reconhecimento dos direitos das mulheres no trabalho se adverte especialmente sob o aspecto retributivo, assegurativo e previdenciário.

³³ Jornal Grito no Nordeste. Ano I, n. 2: Abr/Jun, 1967, p. 9.

³⁴ Jornal Grito no Nordeste. Ano I, n. 2: Abr/Jun, 1967, p. 10.

Esse parágrafo destaca a importância de reconhecer e proteger os direitos das mulheres, particularmente no âmbito do trabalho. Isso ressalta a necessidade de promover a igualdade de gênero e garantir que as mulheres no campo tenham oportunidades justas e direitos plenos, alinhando-se com os princípios fundamentais dos direitos humanos e da dignidade.

Como seria extenso analisar caso por caso de todos os números do nosso recorte temporal, trazemos mais dois exemplos das publicações de 1967, um é o texto de Antônio Almeida, na seção “Fala um sindicalista”, e o outro é o texto de Pedro Manuel dos Santos, na seção “Um acontecimento analisado” no boletim de número 3³⁵ ao escreverem evidenciando o que os trabalhos da ACR tiveram resultados na dimensão de formar pessoas de consciência comprometida em não se conformar com as realidades incoerentes com o evangelho.

Na experiência de Antônio Almeida, os trabalhadores que lutaram por seus direitos, mesmo sem se esquecer dos seus deveres, foram chamados de subversivos porque condenaram as injustiças praticadas pelos que têm terras contra os pobres, esses vivendo sem um salário suficiente para o sustento e muitas vezes comendo apenas uma vez ao dia. O papel do cristão diante dessa situação deve se tornar a conscientização que busca por dias melhores e busca pelos direitos que Deus deu a todos³⁶

Já na experiência de Pedro Manuel dos Santos, ele escreveu sobre o que significa “agir no plano de Deus” após analisar a situação de um companheiro que não tinha recursos para trabalhar, nem direitos garantidos, proteção e abrigo

Então pensemos agir dessa maneira: * Levar o conhecimento da Igreja a este homem. * Fazer reuniões com ele e com a mulher. * Com os filhos e os vizinhos. * Principalmente com o patrão. * Levar este companheiro ao Sindicato para que ele aprenda a defender os seus direitos para que ele possa dar educação aos seus filhos e encaminhar toda a família para o reino de DEUS³⁷.

É possível identificar no texto de Pedro uma espécie de religiosidade que se compromete com a necessidade desse homem em vulnerabilidade ao se compadecer de sua situação. Fala de levá-lo a Igreja, mas que atrelado a isso está o encontro com a realidade e todas as pessoas envolvidas em vista de uma mudança, principalmente por meio do contato com o sindicato que o ajude a tomar consciência de seus direitos e habituar-se a defendê-los.

Sobre a sindicalização, o artigo 23 da DUDH, parágrafo 4º, defende que “todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses”. A falta de conhecimento desse direito pode levar o trabalhador a um isolamento

³⁵ Jornal Grito no Nordeste. Ano I, n. 3: Jun/Ago, 1967, p. 12.

³⁶ *Ibid.*, p. 1 - 2

³⁷ *Ibid.*, p. 13 - 14

que não favorece suas necessidades, por isso a importância da ACR em ajudar as pessoas a despertar para essa causa, nesse processo de conscientização e organização.

O parágrafo 305, da DSI, apresenta a sindicalização como papel fundamental para a organização dos trabalhadores

O Magistério reconhece o papel fundamental cumprido pelos sindicatos dos trabalhadores, cuja razão de ser consiste no direito dos trabalhadores a formar associações ou uniões para defender os interesses vitais dos homens empregados nas várias profissões. Os sindicatos « cresceram a partir da luta dos trabalhadores, do mundo do trabalho e, sobretudo, dos trabalhadores da indústria, pela tutela dos seus justos direitos, em confronto com os empresários e os proprietários dos meios de produção ». As organizações sindicais, perseguindo o seu fim específico ao serviço do bem comum, são um fator construtivo de ordem social e de solidariedade e, portanto, um elemento indispensável da vida social. O reconhecimento dos direitos do trabalho constitui desde sempre um problema de difícil solução, porque se atua no interior de processos históricos e institucionais complexos, e ainda hoje pode considerar-se incompleto. Isto torna mais que nunca atual e necessário o exercício de uma autêntica solidariedade entre os trabalhadores.

Essa perspectiva citada acima destaca o papel fundamental das organizações sindicais na promoção do bem comum e na defesa dos direitos dos trabalhadores. A contínua evolução das relações trabalhistas torna a sindicalização mais relevante do que nunca, já que representa um instrumento essencial para garantir justiça e solidariedade na sociedade. O reconhecimento e o fortalecimento dos direitos do trabalho são desafios em constante evolução, e as organizações sindicais desempenharam um papel crucial nesse processo.

O ano de 1968 abre as publicações celebrando a aceitação do boletim Grito no Nordeste como instrumento útil para o movimento, se tornando um canal eficaz pelo qual as diversas comunidades espalhadas no nordeste do país, da Bahia ao Maranhão, se articularam enquanto pessoas que estavam dentro de um processo onde a plena realização do evangelho é o bem comum e uma vida digna conforme o pregado por Jesus³⁸. A DSI trata desse “bem comum”, no parágrafo 166, da seguinte forma

As exigências do bem comum derivam das condições sociais de cada época e estão estreitamente conexas com o respeito e com a promoção integral da pessoa e dos seus direitos fundamentais. Essas exigências referem-se, antes de mais, ao empenho pela paz, à organização dos poderes do Estado, a uma sólida ordem jurídica, à salvaguarda do ambiente, à prestação dos serviços essenciais às pessoas, alguns dos quais são, ao mesmo tempo, direitos do homem: alimentação, morada, trabalho, educação e acesso à cultura, saúde, transportes, livre circulação das informações e tutela da liberdade religiosa. Não se há de olvidar o aporte que cada nação tem o dever de dar para uma verdadeira cooperação internacional, em vista do bem comum da humanidade inteira, inclusive para as gerações futuras.

Essas palavras destacam a amplitude das exigências do bem comum, que incluem desde a promoção da paz e a organização dos poderes do Estado até a prestação de serviços

³⁸ Jornal Grito no Nordeste. Ano II, n. 5: Jan/Mar, 1968.

essenciais e a proteção dos direitos fundamentais de cada pessoa. Nesse contexto, os direitos humanos, como o direito à alimentação, moradia, trabalho, educação e saúde, surgem como parte integral das medidas necessárias para promover o bem comum. Além disso, a cooperação internacional, ressaltada como um dever, é vista como um meio crucial para atingir o bem comum global e garantir o futuro das próximas gerações. Portanto, a busca por justiça social e a consideração dos direitos divinos e humanos estão intrinsecamente ligadas à promoção do bem comum

É destaque o Encontro Inter-Regional do Maranhão que foi realizado na cidade de Coroatá dos dias 19 a 22 de janeiro desse mesmo ano, 1968, enriquecendo o primeiro número com os encaminhamentos e as discussões feitas nesse encontro, com a participação e representação dos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco. Desse evento destacamos o seguinte fragmento

[...] os numerosos depoimentos dos lavradores ajudaram a descobrir melhor a realidade da classe camponesa do Nordeste, em particular do Maranhão, marcada pelo sofrimento, pela injustiça e por uma escravidão “mascarada”. Refletindo sobre as causas desta situação “desumana e desumanizante”, verificou-se que ela é o resultado de um regime arcaico e feudal, mantido por um grupo de latifundiários dominantes, cujos privilégios só sobrevivem à custa de opressão e do sangue do lavrador³⁹.

Fica claro que os próprios trabalhadores começaram a tomar consciência de uma situação “desumana e desumanizante”. Passaram a reconhecer em pessoas próximas que viviam nessas condições, uma forma de escravização identificada por eles como “mascarada”. Essa exploração vai de encontro com o artigo 4 por defender que “ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas”.

Servat falou na entrevista sobre novas formas de escravização que ele encontrou nas viagens que fez pelo nordeste (2019, p. 250), e afirma que “terra, casa, estradas, escolas e até capelas, tudo pertencia ao proprietário. [...] Essa situação de dependência total é uma forma nova de escravidão” (2019, p. 262-263). Essa fala do padre reflete a difícil realidade encontrada, sendo a ACR um caminho pelo qual os trabalhadores podiam se unir e lutar contra essas estruturas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos também defende a dignidade da pessoa ao denunciar situações desumanas. O Artigo 5 defende que “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” e o Artigo 6 que “todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”.

³⁹ Jornal Grito no Nordeste. Ano II, n. 5: Jan/Mar, 1968, p. 16-17.

Quanto à liberdade de locomoção, Artigo 13, parágrafo 1º, defende que “todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado”. As diversas formas de escravização negligenciam esses três artigos.

Esse fragmento do *Grito* também lembra um documento publicado anos depois, em 1984, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) intitulado *Açúcar com gosto de sangue: violência na zona canavieira de Pernambuco* que denunciou as truculência dos senhores de engenhos e usineiros que “super exploravam” os trabalhadores visando seus próprios “super lucros” para saciar a ganância.

Ao tratar sobre o “O açúcar com gosto de sangue” José Marcelo Ferreira Filho escreve em sua tese *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)* da seguinte forma

Violência, coerção e medo constituíam marcas indeléveis da arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil. Esses três elementos compunham o espaço tanto quanto os canaviais, rios, matas, estradas, relevo, engenhos e usinas. Violência e coerção, e seu corolário imediato, o medo, funcionavam como importantes fatores na manutenção do confinamento da força de trabalho e do excedente econômico dos engenhos. As características ecológicas e estruturais da *plantation*, sua geografia mínima e falta de infraestrutura de transporte que ligassem os engenhos às cidades, contribuíam para tornar o mundo do açúcar um território dominado pela violência explícita e simbólica da classe patronal. A zona canavieira era um complexo sistema concentracionário (2022, p. 191).

Visto que os trabalhadores rurais estavam situados nessa realidade, a ACR se tornou um instrumento pelo qual puderam encontrar esperança e apoio na medida que não estavam mais sozinhos e isolados, mas a partir da mudança de mentalidade puderam aos poucos se organizar em grupos e comunidades com objetivos, pautas, lutas e reivindicações semelhantes, sejam elas cristãs ou civis.

Outro destaque é para a greve dos trabalhadores rurais ocorrido no Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, noticiado da seguinte forma

Os trabalhadores rurais do Cabo, pertencentes a várias usinas, declararam greve de reivindicação. Sob a orientação do Sindicato, esses trabalhadores se unem e reivindicam honestamente seus salários justos, dinheiro atrasado, férias atrasadas e toda espécie de justiça que lhes tem sido negada. Trabalhadores unidos são capazes de transformar o mundo e colocar no campo a justiça que falta ⁴⁰.

A greve noticiada revela que os trabalhadores rurais chegaram a um nível de consciência e organização saindo de uma vida conformada e passiva para assumir de forma ativa o papel de agentes e sujeitos da própria história, pessoas capazes de lutar por seus direitos trabalhistas como salários justos, dinheiro atrasado e férias. Esse exemplo dos trabalhadores da cidade do Cabo de Santo Agostinho (PE) publicado no boletim do *Grito no*

⁴⁰ Jornal Grito no Nordeste. Ano II, n. 7, 1968, p. 19.

Nordeste, tem potencial para se tornar exemplo para todas as pessoas nos estados nordestinos com acesso ao jornal.

Em consonância com os princípios da DSI, que reconhece a legitimidade da greve quando se apresenta como um recurso inevitável e necessário em busca de benefícios proporcionados, é importante observar que a greve, uma das conquistas mais penosas do associacionismo sindical, pode ser definida como a recusa coletiva e concertada dos trabalhadores em prestar seu trabalho. Seu objetivo é obter, por meio da pressão exercida sobre empregadores, Estado e opinião pública, melhores condições de trabalho e situação social. No parágrafo 304 lemos que

A doutrina social reconhece a legitimidade da greve « quando se apresenta como recurso inevitável, e mesmo necessário, em vista de um benefício proporcionado », depois de se terem revelado ineficazes todos os outros recursos para a composição dos conflitos. A greve, uma das conquistas mais penosas do associacionismo sindical, pode ser definida como a recusa coletiva e concertada, por parte dos trabalhadores, de prestar o seu trabalho, com o objetivo de obter, por meio da pressão assim exercida sobre os empregadores, sobre o Estado e sobre a opinião pública, melhores condições de trabalho e da sua situação social. Também a greve, conquanto se perfile « como ... uma espécie de ultimato », deve ser sempre um método pacífico de reivindicação e de luta pelos próprios direitos; torna-se « moralmente inaceitável quando é acompanhada de violências ou ainda quando se lhe atribuem objetivos não diretamente ligados às condições de trabalho ou contrários ao bem comum » .

No entanto, é crucial ressaltar que a greve, como acabamos de ler nas orientações da DSI, deva ser sempre um método pacífico de reivindicação e luta pelos direitos dos trabalhadores e torna-se moralmente inaceitável quando acompanhada de violências ou quando seus objetivos não estão diretamente ligados às condições de trabalho ou são contrários ao bem comum.

Sobre férias e lazer, o artigo 24 da DUDH defende que “todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas” possibilitando assim que o trabalhador descanse e aproveite a família, recarregue as energias como um direito indispensável. Sem essa garantia, o trabalho passa a ser exploração análoga à trabalho forçado e/ou escravização.

Em outro exemplo, nos informes de uma reunião que aconteceu no dia 31 de agosto de 1968, com o tema “Pernambuco - Zona da Mata”, foi respondida a pergunta “Que fez a A.C.R. em mim e em minha comunidade?” da seguinte maneira:

Descobri que ser cristão não é só ir para a Igreja... Sei que ser cristão é amar o outro, ajudar a ser mais homem e responsável. Aprendi o que é a Igreja. Para mim era a casa de pedra, hoje sei que ela é viva. Somos nós a Igreja, a A.C.R. fez o homem descobrir seu valor cristão, tomamos consciência de que somos irmãos, responsáveis uns pelos outros, a A.C.R. me fez entender o que é a Igreja no mundo

de hoje e como ela caminha no nosso meio. Ela nos fez conhecer o Padre como pessoa e não pela batina como era antes⁴¹.

Essa citação acima demonstra a mudança de compreensão que os trabalhadores membros da ACR tiveram acerca da igreja e do padre, antes ligados apenas ao fator exterior, como “casa de pedra” ou “batina” para se assumirem enquanto “igreja viva” juntamente com outros que formam união e irmandade. Essas mudanças de mentalidade que o movimento pouco a pouco foi estimulando foram importantes na organização dessas pessoas na luta e reivindicação de seus direitos.

Sem uma teologia fantasiosa ou mitológica, se percebe em suas falas a consciência que eles começaram a ter também do tempo em que viviam ao mencionar “a importância de entender o que é a Igreja no mundo de hoje”, olhando o presente sem se deter em histórias como a criação ou o temor com o apocalipse; também é possível perceber a ideia de uma igreja encarnada na história e na realidade de vida deles na frase “e como ela caminha no nosso meio”.

Seguindo a mesma linha de exemplo, mas em um número diferente, Servat escreve ao falar da celebração do Natal

Manoel está se dando totalmente à sua classe, ajudando os seus companheiros a tomarem consciência da situação de injustiça e de escravidão, fazendo com que todos se organizem para exigir reconhecimento dos direitos fundamentais e favorecer a promoção de todos. Pouco a pouco um grupo de lavradores toma consciência da solidariedade e da obrigação de ficar sempre unido e ativo contra todas as injustiças⁴².

Como falamos anteriormente da Páscoa, no início das publicações do Grito no Nordeste, a celebração do Natal também teve importância e destaque em todos os números referentes ao final do ano. A data que é celebrada em família e com afeto se tornou motivo de formação cristã nos encontros e informes da ACR, destacando para o fato de que Deus se encarna na história e se faz presente na vida das pessoas, não ficou no céu alheio aos sofrimentos dos pobres.

Também são mencionadas as figuras de Maria e José como modelos inspiradores. Maria, uma jovem virgem, aceitou colaborar com o projeto de Deus, educando o menino Jesus para que ele libertasse o povo da opressão e da escravidão. José, por sua vez, era um homem trabalhador que ensinou ao menino Jesus o valor do ofício e a compreensão do sofrimento daqueles que protegem suas famílias.

⁴¹ Jornal Grito no Nordeste. Ano II, n. 7, 1968, p. 13.

⁴² Jornal Grito no Nordeste. Ano II, n. 8, 1968, p. 3.

É possível encontrar nesse mesmo número uma seção chamada “O Militante” escrita por Elvira A. Paes que dá alguns elementos das pessoas que participam da ACR

Convidado a trabalhar no meio onde vive, ele procurará despertar as pessoas para um trabalho dentro do seu meio, levando-as, através da “ação” a dialogarem com os seus semelhantes e com o seu Criador. [...] A Ação Católica Rural, de sua parte, quer despertar, anunciar e sustentar estes militantes cristãos, que serão “testemunhas do Evangelho” em plena vida de hoje, para a construção de um mundo melhor (1968, p. 13).

Com essa citação é possível compreender como os membros do movimento iam, por meio de grupos de base, se organizando e atuando em prol da promoção humana inspirada no Evangelho. Como já dissemos, Servat não tinha interesse em promover uma revolução, mas formar mentalidades de leigos para um laicato comprometido em ver a realidade, julgá-la e agir em prol de uma mudança que busque o bem comum, a realização do reino de Deus.

Quando nos referimos a “Reino de Deus” estamos fazendo menção a antecipação da categoria bíblico-teológica Reino de Deus como algo a ser vivido já aqui na terra com a eliminação das injustiças, conforme afirma Michel Löwy quando discorre sobre as características da Teologia da Libertação – tão cara a Dom Helder e ao Padre Servat – na obra *A guerra dos deuses*.

De acordo com o parágrafo 325 da DSI, o 'Reino de Deus' adquire uma riqueza de significado que vai além da simples dimensão espiritual, reconhecendo que Jesus assumiu toda a tradição do Antigo Testamento sobre os bens econômicos, a riqueza e a pobreza, conferindo-lhes clareza e plenitude definitivas. Ele, por meio da doação do Seu Espírito e da transformação dos corações, inaugurou o 'Reino de Deus', que torna possível uma nova convivência marcada pela justiça, fraternidade, solidariedade e partilha

Jesus assume toda a tradição do Antigo Testamento também sobre os bens econômicos, sobre a riqueza e sobre a pobreza, conferindo-lhe uma definitiva clareza e plenitude (cf. Mt 6,24 e 13,22; Lc 6,20-24 e 12,15-21; Rm 14,6-8 e 1 Tm 4,4). Ele, doando o Seu Espírito e mudando o coração, vem instaurar o «Reino de Deus», de modo a tornar possível uma nova convivência na justiça, na fraternidade, na solidariedade e na partilha. O Reino inaugurado por Cristo aperfeiçoa a bondade originária da criação e da atividade humana, comprometida pelo pecado. Liberado do mal e reintroduzido na comunhão com Deus, cada homem pode continuar a obra de Jesus, com a ajuda do Seu Espírito: fazer justiça aos pobres, resgatar os oprimidos, consolar os aflitos, buscar ativamente uma nova ordem social, em que se ofereçam adequadas soluções à pobreza material e venham impedidas mais eficazmente as forças que dificultam as tentativas dos mais fracos de liberarem-se de uma condição de miséria e de escravidão. Quando isto acontece, o Reino de Deus se faz já presente sobre esta terra, embora não lhe pertença. Nisto encontrarão finalmente cumprimento as promessas dos Profetas.

Este Reino, inaugurado por Cristo, aperfeiçoa a bondade da criação original e da atividade humana. Através da libertação do mal e do restabelecimento da comunhão com Deus, cada ser humano pode dar continuidade à obra de Jesus, buscando ativamente uma nova

ordem social que promova soluções adequadas para a pobreza material e combata eficazmente as forças que oprimem os mais fracos. Nesse contexto, o 'Reino de Deus' se manifesta na Terra, cumprindo as promessas dos Profetas.

O Reino de Deus, conforme descrito anteriormente, traz consigo a visão de justiça, solidariedade e transformação social. Essa visão, de um mundo mais justo e compassivo, é profundamente alinhada com os objetivos da Ação Católica Rural à medida que se expandia e suas atividades cresciam, seus membros viam o potencial de concretizar essa visão através de suas ações e de uma profunda compreensão das injustiças, como a privação de terra e a falta de oportunidades educacionais, que afetavam o homem do campo.

A ACR se expandindo e as pessoas que faziam parte davam frutos de amadurecimento e sentimento de pertença ao movimento, o *Grito* também ia se consolidando e propondo material mais consistente de acordo com o itinerário formativo proposto. No ano de 1969, Servat escreveu sobre os temas já trabalhados, mas com o objetivo de falar sobre Reforma Agrária

O homem do campo, injustamente privado da terra, tem ao menos direito absoluto ao salário justo, que dê para viver e educar uma família, com todas as ajudas necessárias, garantindo a saúde, a organização e a defesa da profissão, a possibilidade de participar da organização da sociedade, da procura do bem comum, reconhecimento de seu direito de votar, mesmo não sabendo escrever, possibilidades de encontrar escolas que se prestem para educar seus filhos... e assim poderíamos descobrir tantas outras injustiças, tantas escravidões a destruir⁴³.

A terra que aparece na teologia cristã como criação de Deus para os homens e as mulheres, deixou de ser acessível a todos como um dom por causa da propriedade privada que injustamente concentrou nas mãos de poucos proprietários a posse de uma terra criada por Deus, segundo as narrativas bíblicas do Gênesis. Essa configuração interpretada como pecado pode ser encontrada nos números do *Grito no Nordeste* como um dos motivos pelos quais os trabalhadores precisavam conhecer as leis dos homens para juntos lutar por seus direitos.

Os boletins do ano de 1969 vão dar ênfase no tema da reforma agrária de diversas formas, seja nas falas com linguagem teológica do padre e de membros do movimento, como também na transcrição e reprodução das leis. Dessa forma, as pessoas que tinham acesso ao jornal podiam se sentir estimuladas por meio de uma linguagem catequética a aprender sobre leis que diziam respeito a esse tema.

Na edição de número 10 encontramos “a definição de uma verdadeira reforma agrária”. A mesma traz os seguintes elementos

A TERRA para o homem rural é a condição primeira de trabalho, de sustento, é o bem essencial para sua subsistência. A terra é o seu principal meio de produção.

⁴³ Jornal Grito no Nordeste. Ano III, n. 9, 1969, p. 3.

Somente do cultivo da terra, o homem camponês poderá colaborar com o aumento da produção de riquezas do mundo ao serviço de todos. O homem rural se torna mais responsável ao trabalhar sua própria terra [...] O objetivo da R. Agrária é o de criar condições para que todos os que estão vivendo no campo possam utilizar a terra. [...] Faz parte da R. A. dar meios para vender e comprar.⁴⁴

Esses elementos são cruciais para compreender a importância da reforma agrária. A terra, sendo a condição primordial para o trabalho e a subsistência dos habitantes rurais, desempenha um papel central na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. A reforma não se limita à mera redistribuição de terras, mas busca estabelecer condições que permitam a todos que vivem no campo terem acesso à terra e utilizá-la de forma produtiva.

A questão da redistribuição da terra desempenha um papel crucial na busca por um desenvolvimento econômico autêntico em muitos países. O latifúndio improdutivo, condenado pela doutrina social da Igreja, é um impedimento significativo para a concretização desse desenvolvimento. A concentração de terras, sobretudo em áreas rurais, frequentemente resulta de desafios estruturais, incluindo carências legislativas, falta de acesso a crédito, insuficiente investimento em pesquisa e formação agrícola, e negligência na prestação de serviços sociais e infraestrutura nas regiões rurais.

Nesse contexto, para a DSI, a reforma agrária não é apenas uma necessidade política, mas também uma obrigação moral. Sua implementação é fundamental para superar esses obstáculos, permitindo que os países em desenvolvimento aproveitem os benefícios da abertura dos mercados e outras oportunidades de crescimento proporcionadas pela globalização. No parágrafo 300 podemos ler sobre essa questão:

Em alguns países é indispensável uma redistribuição da terra, no âmbito de eficazes políticas de reforma agrária, a fim de superar o impedimento que o latifúndio improdutivo, condenado pela doutrina social da Igreja, representa a um autêntico desenvolvimento econômico: «Os países em via de desenvolvimento podem combater eficazmente o atual processo de concentração da propriedade da terra, se afrontarem algumas situações que se podem classificar como verdadeiros e próprios nós estruturais. Tais são as carências e os atrasos a nível legislativo quanto ao reconhecimento do título de propriedade da terra e em relação ao mercado de crédito; o desinteresse pela investigação e formação em agricultura; a negligência a propósito de serviços sociais e de infra-estruturas nas áreas rurais». A reforma agrária torna-se, portanto, além de uma necessidade política, uma obrigação moral, dado que a sua não atuação obstaculiza nestes países os efeitos benéficos derivantes da abertura dos mercados e, em geral, daquelas ocasiões profícuas de crescimento que a globalização em curso pode oferecer.

Como podemos perceber, a Ação Católica Rural foi o instrumento pelo qual os trabalhadores tiveram a oportunidade de ter contato, a partir de uma evangelização voltada para as pessoas do campo, com assuntos e temas pertinentes à realidade em que se

⁴⁴ Jornal Grito no Nordeste. Ano III, n. 10, 1969, p. 4.

encontravam para, a partir disso, buscar viver conforme um evangelho ao denunciar as injustiças em prol de uma vida mais digna e justa.

Todos os exemplos acima citados não esgotam todo o conteúdo presente nos 10 boletins referentes ao nosso recorte temporal, no entanto, é possível, através deles, ter um horizonte de como os direitos humanos foram contemplados na conscientização primeira acerca dos direitos divinos. Essa linguagem cristã e catequética se tornou a unidade coesiva das pessoas que viveram e participaram da ACR, se organizando para reivindicar os seus próprios direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais deste trabalho, foi possível compreender a importância da Ação Católica no Brasil ao longo dos diferentes períodos analisados. No primeiro capítulo, exploramos a trajetória da AC desde suas origens até a criação da Ação Católica Rural, evidenciando um papel significativo na mobilização dos leigos e na promoção de uma atuação engajada da Igreja junto aos desafios sociais e políticos do país. Através de suas abordagens e de suas fases, o movimento buscou atuar na realidade social, enfrentando inclusive as adversidades impostas pelo regime ditatorial e autoritário dos militares.

Destaca-se também a atuação da Arquidiocese de Olinda e Recife, sob a liderança de Dom Helder Camara, como um importante cenário para a criação da Ação Católica Rural e a presença do Pe. Servat. Nesse contexto, o movimento teve a capacidade de resistir e persistir, mesmo diante das dificuldades, concentrando-se principalmente na zona rural nordestina e promovendo a conscientização e luta pelos direitos humanos.

No segundo capítulo, foi evidenciado que a ACR se consolidou como um instrumento de conscientização e organização dos trabalhadores rurais, possibilitando-lhes compreender sua realidade, reivindicar seus direitos e buscar melhores condições de vida. Através da disseminação de informações e da promoção de diálogos, o movimento estimulou a formação de grupos de base e fortaleceu a solidariedade entre os trabalhadores.

Já no terceiro capítulo, exploramos como essa ação abordava questões religiosas e teológicas em suas publicações, destacando a importância da espiritualidade e da reflexão cristã na mobilização e conscientização de seus membros. Por meio de uma linguagem com fundamento religioso, os boletins do *Grito no Nordeste* transmitiam valores e princípios cristãos que embasavam a luta pelos direitos humanos e pela justiça social. Além disso, as publicações enfatizavam a importância da participação dos leigos na atuação da sociedade a partir do seu lugar, encorajando-os a agir em prol do bem comum e da realização do reino de Deus na Terra.

Ao considerar esses aspectos, podemos observar que os capítulos analisados se complementam, proporcionando uma visão abrangente da trajetória e impacto da Ação Católica Rural no Brasil. Portanto, os resultados obtidos ao longo deste trabalho confirmam a relevância desse movimento que promoveu a conscientização, a organização e a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, evidenciando sua contribuição significativa para o cenário social e político do Brasil. Por fim, ressalta-se a importância de continuar aprofundando

pesquisas nessa área, visto que as nossas delimitações metodológicas não esgotam as fontes e nem contempla todos os anos.

Ao abordar a trajetória e as contribuições desse movimento social, no contexto de ensino de História, torna-se possível ampliar a compreensão dos estudantes sobre a realidade histórica e social do país, especialmente no que diz respeito às lutas dos trabalhadores rurais e à busca por direitos e justiça. Por sua atuação engajada e sua influência no cenário social e político, representa um objeto de estudo relevante para a disciplina.

Ao incluir a ACR no ensino de História, os educadores terão a oportunidade de promover discussões e reflexões acerca de temas como a reforma agrária, a desigualdade social, a participação política dos leigos e a relação entre religião e sociedade. Além disso, permite aos estudantes conhecerem uma parte importante da história do Brasil que muitas vezes é negligenciada nos currículos tradicionais.

A possibilidade dessa inserção contribui para uma formação mais completa e crítica dos estudantes, estimulando o pensamento reflexivo, a análise de fontes históricas e a compreensão dos diversos atores e processos que moldaram a sociedade brasileira. Através desse enfoque, eles podem ter, principalmente no Nordeste, a oportunidade de se conectarem com a história de familiares e pessoas próximas, entendendo como a ação coletiva pode ser transformadora e influenciar o curso dos acontecimentos.

Portanto, ao considerar sua relevância, reconhecemos a importância de valorizar e difundir conhecimentos sobre movimentos sociais e suas contribuições para a construção do Brasil contemporâneo. Além disso, proporciona uma abordagem interdisciplinar, conectando o estudo da História com outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Geografia e a Filosofia. Essa integração de saberes amplia a compreensão dos estudantes sobre a complexidade dos fenômenos históricos e sociais, permitindo-lhes estabelecer relações entre diferentes contextos e períodos.

No que se refere às competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse tema contribui para o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, a argumentação, o respeito à diversidade e a compreensão dos direitos humanos. Ao estudar a atuação desse movimento, os estudantes são incentivados a refletir sobre a importância da participação cidadã, da defesa dos direitos sociais e da promoção da igualdade.

Circe Bittencourt destaca a importância do ensino de História no cumprimento das competências e habilidades propostas pela BNCC, promovendo o conhecimento crítico, a compreensão da realidade social, a consciência cidadã e o respeito à diversidade cultural, abordando a necessidade de uma educação histórica crítica e reflexiva, destacando a

importância de reconhecer as lutas e resistências populares (2004, p. 18-22) contrapondo as propostas de um ensino puramente tecnicista inspirado no capitalismo internacional (2018, p. 143-144).

A BNCC menciona os direitos humanos em diversos trechos, destacando a importância de abordar esse tema no contexto da educação básica. A Competência Geral de n. 7 se compromete em formar argumentação com base em valores éticos, pautados nos direitos humanos, na consciência socioambiental e no respeito à diversidade (2018, p. 9). A introdução estabelece que uma das finalidades da educação é promover o desenvolvimento integral dos estudantes, valorizando a formação ética, o exercício da cidadania e a compreensão dos direitos humanos (p. 19). Além disso, nas Ciências Humanas é destacado a importância de desenvolver nos estudantes o conhecimento e a valorização dos direitos humanos, assim como a capacidade de identificar e combater a discriminação, o preconceito e as desigualdades sociais (p. 561; 567).

Nesse sentido, o trabalho da Ação Católica Rural, pautado em sua abordagem engajada e comprometida com os direitos humanos, contribui para uma educação histórica que valoriza a compreensão dos processos sociais e históricos, formando uma consciência histórica que instiga e busca a transformação social. Dessa forma, a abordagem da Ação Católica Rural alinha-se aos princípios e objetivos estabelecidos pela BNCC.

Ao reconhecer essa relevância, reforçamos a importância de incluir a história dos movimentos sociais, como a Ação Católica Rural, no planejamento curricular, garantindo uma formação mais completa e alinhada às demandas educacionais contemporâneas. Através dessa abordagem, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver competências essenciais para o exercício da cidadania plena, como a capacidade de compreender, analisar e transformar a realidade em que vivem.

REFERÊNCIAS

BOLETINS DO GRITO NO NORDESTE

GRITO NO NORDESTE. Ano I, n. 1: Jan/Mar, 1967. Disponível em:
<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/17961> Acesso em 22 Jul 2022.

GRITO NO NORDESTE. Ano I, n. 2: Abr/Jun, 1967. Disponível em:
<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/17962> Acesso em 22 Jul 2022.

GRITO NO NORDESTE. Ano I, n. 3: Jun/Ago, 1967. Disponível em:
<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/17964> Acesso em 22 Jul 2022.

GRITO NO NORDESTE. Ano I, n. 4: Set/Dez, 1967. Disponível em:
<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/17966> Acesso em 22 Jul 2022.

GRITO NO NORDESTE. Ano II, n. 5: Jan/Mar, 1968. Disponível em:
<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/17967> Acesso em 22 Jul 2022.

GRITO NO NORDESTE. Ano II, n. 7, 1968. Disponível em:
<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/20398> Acesso em 22 Jul 2022.

GRITO NO NORDESTE. Ano II, n. 8, 1968. Disponível em:
<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/20421> Acesso em 22 Jul 2022.

GRITO NO NORDESTE. Ano III, n. 9, 1969. Disponível em:
<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/19901> Acesso em 22 Jul 2022.

GRITO NO NORDESTE. Ano III, n. 10, 1969. Disponível em: -
<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/19905> Acesso em 22 Jul 2022.

DEMAIS OBRAS

ABREU E LIMA, M. do S. **A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985.** Revista Crítica Histórica, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 89–118, 2019.. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/5597> . Acesso em: 13 out. 2022.

ABREU E LIMA, M. do S. **Construindo o sindicalismo rural : lutas, partidos, projetos.** – 2. ed. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/429> . Acesso em: 7 dez. 2022

ARNS, Paulo Evaristo. **Da esperança à utopia: testemunho de uma vida.** Rio de Janeiro - RJ: Sextante, 2001.

BITTENCOURT, Circe F. **Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História.** In. O saber histórico na sala de aula. 9 ed. - São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-27.

BITTENCOURT, Circe F. **Reflexões sobre o ensino de História.** In. Estudos Avançados, Volume: 32, Número: 93, Publicado: 2018, p. 127-149. Disponível em: Acesso em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WYqvqrhmppwbWpGVY47wWtp/abstract/?lang=pt> 27 jun. 2023.

BRAGA, Livia R. B. A. A Juventude Universitária Católica e a ditadura civil-militar brasileira: dos “ventos de abertura” aos “atos de fechamento” (1964-1968).

CANTARELLI, Margarida de Oliveira. **Dom Helder e os Direitos Humanos.** Revista Esmafe: Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, Recife, n. 10, p. 109-121, dez. 2006. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/27253> . Acesso em: 3 fev. 2023.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado por João Paulo II, Papa. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm - Versão portuguesa: Copyright by Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 1983, p. 73. Acesso em: 3 fev. 2023.

COMPÊNDIO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA. Vatican.va. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html> . Acesso em: 10 out. 2023.

DEBALD, Blasius s. **A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro: 1889/1960**. In. Pleiade, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, jan./jun. 2007, p. 51-61. Disponível em: <https://pleiade.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/7> Acesso: 1 fev. 2023.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)* / [recurso eletrônico] – 2. ed. ampl. – Recife: Ed. UFPE, 2022. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/789> Acesso em: 7 Dez. 2022.

FRANÇA, Felipe L.; SILVA, Severino V. **“Despertar os leigos para uma ação no campo”: um grito no Nordeste por direitos (1967)**. In. Pensamentos e Influências em Religião e Teologia - Vol 1 – Formiga MG: Editora Uniesmero, 2023, p. 93-106. Disponível em: <https://clube.grupomultiatual.com.br/2023/03/pensamentos-e-influencias-em-religiao-e.html> . Acesso em: 19 mar. 2023.

GENESIS - PO. Vatican.va. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/bible/genesis/documents/bible_genesis_po.html . Acesso em: 11 out. 2023.

LIBANIO, J. B. **Teologia da libertação: esquerda católica e inserção – Considerações em torno dos temas centrais**. In PLURA, Revista de Estudos de Religião, [S. l.], v. 3, n. 1, Jan-Jun, p. 4–25, 2012. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/349> . Acesso em: 2 fev. 2023.

LUCCA, Tânia Regina de. **Direitos Sociais no Brasil**. In. História da Cidadania. Org. de Jaime Pinsky & Carla Bassanezi Pinsky. 2 Ed. - São Paulo : Contexto, 2003, p. 469 - 493.

MANOEL, I. A. **A Ação Católica Brasileira: notas para estudo**. In. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 21, p. 207-215, 2 jul. 2008. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/4207> Acesso em: 1 fev. 2023.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil**. In. O tempo do regime autoritário [recurso eletrônico]: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985) / organização Jorge Ferreira, Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso: 27 jun. 2023.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão pastoral da terra no estado da Paraíba**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07012009-161303/en.php> Acesso: 17 mar. 2023.

MONTENEGRO, Antônio T.. **As Ligas Camponesas e os conflitos no campo**. Sæculum – Revista de História, [S. l.], n. 18, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11394> . Acesso em: 27 jan. 2023.

MONTENEGRO, A. T. **Travessias: padres europeus no nordeste do Brasil (1950 – 1990)**. - Recife: CEPE, 2019.

PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil, 1955-1964**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAPA FRANCISCO. **À Cúria Romana, por ocasião da apresentação das felicitações de Natal** (21 de dezembro de 2020) | Vatican.va. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2020/december/documents/papa-francesco_20201221_curia-romana.html . Acesso em: 10 jun. 2023.

PAPA LEÃO XIII. **Rerum Novarum: sobre a condição dos operários** (15 de maio de 1891) | Vatican.va. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

PAPA PAULO VI. **Populorum Progressio** (26 de março 1967) | Vatican.va. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 3 mar. 2023.

PAPA PIO XII, **Fidei Donum** (21 de abril de 1957) Vatican.va. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_21041957_fidei-donum.html Acesso em: 20 jul. 2023

PORTANTIOLO MAIA, C.; PINTO SALES, L. M. **Ação católica e modernidade religiosa: um debate sobre a autonomia do leigo**. Debates do NER, [S. l.], v. 2, n. 34, p. 155–182, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/89950>. Acesso em: 1 fev. 2023.

PUGLIA, Leonardo S. **Reação conectada: as direitas brasileiras em perspectiva histórica**. Tese (doutorado) - orientador: Luiz Jorge Werneck Vianna – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2020. Disponível em: <http://www.cis.puc-rio.br/doutorado/reacao-conectada-as-direitas-brasileiras-em-perspectiva-historica/> Acesso: 20 jan. 2023.

SANTANA, Ricardo Pina. **Dom Távora, o MEB e a radiodifusão católica : igreja e projeto educacional em Aracaju (1958-1964)**. São Cristóvão, SE, 2017. Monografia (graduação de História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9663> Acesso: 3 marc. 2023.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social. Uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERVAT, Pe. José. **Um Grito no Nordeste: A Experiência da ^aC.R. no Brasil, 1956-1986.** Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, s/d.

SILVA, Eraldo. **A Pastoral da Juventude na Diocese de Pesqueira: memórias e práticas sociais (1967-1985).** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7860> Acesso: 1 Fev. 2023.

SILVA, Hélio. **O poder militar.** Com a colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. L&PM Editora Ltda. 2 Edição. Porto Alegre - RS. 1985

SILVA, Giselda B. **Integralismo e Estado Novo: diálogos e confronto.** - Recife: EDUFRPE, 2017.

SILVA, Pedro Henrique Pacheco da. **Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco.** 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Severino Vicente. **A Igreja Católica e Ditadura Civil-Militar: algumas palavras sobre a experiência da Arquidiocese de Olinda e Recife.** In. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, n. 37, Jan-Jun, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/240168> Acesso em: 30 nov. 2022.

SILVA, Severino V. **Entre o Tibre e o Capibaribe: Os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife.** 2. ed. Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, Severino V. **Sobre a formação sacerdotal na chegada do Concílio: uma experiência sergipana.** In. Temas de História e Educação Católica em Sergipe - Volume 3 - 1a. Ed. - Aracaju, SE: Criação Editora, 2021, p. 221-230.

SILVA, W. T.; NOGUEIRA BAPTISTA, P. A. **A revolução nas origens da esquerda católica brasileira e a Teologia da Libertação.** In. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 23, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/59752>. Acesso em: 1 fev. 2023.

SOUZA, Jessie J. V. **“A revolução aqui é contra o povo”: a Igreja Católica e a questão agrária no Brasil.** In. 5 Temas sobre o filme Em Nome da América (Livro + DVD)/ Fernando Weller (org.) - Recife: Funcultura, 2020, p. 48 - 67.

SOUZA, Ney. **Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites.** In Revista de Cultura Teológica - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006, p. 39-59. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/culturateo/article/view/15033> Acesso em: 1 fev. 2023.